

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E
REGIONAL
GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL

LIARA JÚLIA LIMA DE MARIA

ANÁLISE DO REGIME DE GOVERNO DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA

É possível afirmar a existência de um regime necropolítico?

RIO DE JANEIRO, 2021

LIARA JÚLIA LIMA DE MARIA

ANÁLISE DO REGIME DE GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA

É possível afirmar a existência de um regime necropolítico?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Aparecida Azevedo Abreu

Rio de Janeiro

2021

CIP - Catalogação na Publicação

M332a Maria, Liara Júlia Lima de
Análise do regime de governo do Estado do Rio de Janeiro durante o período de pandemia : é possível afirmar a existência de um regime necropolítico? / Liara Júlia Lima de Maria. -- Rio de Janeiro, 2021. 56 f.

Orientadora: Maria Aparecida Azevedo Abreu.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Faculdade Nacional de Direito, Instituto de Economia, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Bacharel em Gestão Pública Desenvolvimento Econômico e Social, 2021.

1. Violência política. 2. Coronavírus. 3. Pandemia. 4. Rio de Janeiro (Estado) - Governador (2019- : Wilson José Witzel) . I. Abreu, Maria Aparecida Azevedo , orient. II. Título.

LIARA JÚLIA LIMA DE MARIA

ANÁLISE DO REGIME DE GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA:

É possível afirmar a existência de um regime necropolítico?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social.

Aprovado em:

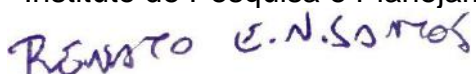
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Maria Aparecida Azevedo Abreu
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional



Prof.^a Dra. Maria Walkiria de Faro Coelho Guedes Cabral
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional



Prof. Dr. Renato Emerson Nascimento dos Santos
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à minha universidade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, por todas as oportunidades e ensinamentos ao longo dos últimos anos.

Ao meu instituto, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, pela sua excelência e também por todos os ensinamentos.

À minha orientadora, Maria, pelo auxílio dado e pelas trocas ocorridas durante o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu companheiro, Caio, por toda a paciência e companheirismo de sempre que estiveram ainda mais presentes nos últimos meses.

Ao meu grande amigo, Gabriel, por todos os auxílios e dicas dadas, além da parceria já existente.

Aos meus pais, Francisco e Raquel, por todos os suportes que puderam me oferecer nesses 22 anos.

Aos meus amigos, pela paciência e compreensão necessária para o momento.

A todos aqueles que contribuíram, de forma direta ou indireta, para o desenvolvimento deste trabalho e encerramento deste ciclo em minha vida, além de auxiliar em meu processo de aprendizado.

“Em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análises das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo”.

(ALMEIDA, 2018)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estabelecer um debate sobre o Governo Witzel durante a pandemia do coronavírus, especificamente no período entre a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou a autonomia dos estados e municípios no combate ao vírus e o afastamento do governador Wilson Witzel determinado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A partir desse recorte, busca-se compreender em que medida a necropolítica é um referencial de interpretação das políticas adotadas pelo governo de Wilson Witzel no Estado do Rio de Janeiro. Primeiramente, será definido o conceito de Estado do qual se irá partir, em seguida serão apresentados, brevemente, os regimes políticos para que seja situado o conceito de necropolítica. Por fim, será discutido se o Governo Witzel transformou a necropolítica em algo próximo a um regime de governo.

Palavras-chave: Governo Witzel no Rio de Janeiro. Necropolítica. Coronavírus. Pandemia

ABSTRACT

This paper aims to establish a debate on Witzel's Government during the coronavirus pandemic, specifically in the period between the resolution of the Supreme Federal Court (STF) that determined the autonomy of states and municipalities in combating the virus and the removal of Governor Wilson Witzel determined by the Superior Court of Justice (STJ). From this perspective, it is sought to understand the extent to which necropolitics is a reference for the interpretation of the policies adopted by the government of Wilson Witzel in the State of Rio de Janeiro. First, the concept of the State from which it will be defined, then the political regimes will be presented briefly so that the concept of necropolitics is situated. Finally, it's discussed whether the Witzel Government turned necropolitics into something close to a government regime.

Keywords: Witzel Government in Rio de Janeiro. Necropolitics. Coronavirus. Pandemic

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REGIMES POLÍTICOS E A NECROPOLÍTICA.....	12
2.1 Contexto brasileiro	25
3 AÇÕES DE COMBATE À COVID-19 NOS SETORES DE SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	27
3.1 Saúde Pública	31
3.2 Segurança Pública	39
4 CARÁTER DAS POLÍTICAS REALIZADAS NO PERÍODO DE PANDEMIA	45
4.1 Saúde Pública	45
4.2 Segurança Pública	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

A partir do contexto extraordinário gerado pela pandemia do coronavírus, a opinião pública, de um modo geral, passou a observar mais pormenorizadamente as políticas públicas existentes em diferentes áreas, como educação, meio ambiente, saúde e segurança pública. Este trabalho se propõe a analisar a atuação do governo do ex-governador Wilson José Witzel nas áreas da saúde e segurança públicas entre 15/04/2020 e 04/09/2020.

O marco temporal inicial deste trabalho é definido a partir da medida que concedeu maior autonomia no combate à doença aos entes federativos subnacionais — Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.341 — por decisão do Supremo Tribunal Federal em 15/04/2020, enquanto o marco final, definido a partir de afastamento do ex-governador, determinado pelo Superior Tribunal de Justiça em 04/09/2020.

A partir da concepção hobbesiana de Estado, este existe para assegurar a vida. Essa definição minimalista, embora tenha sido complexificada ao longo da história, torna-se útil em um momento em que a segurança básica da população está em risco, como é o caso do momento atual, em que vivemos uma pandemia, sem que o Estado apresente soluções adequadas para a gravidade do problema.

Para melhor enquadramento deste trabalho, além dessa definição de Estado, foi necessário também ponderar, a partir da literatura, sobre os diferentes regimes políticos, como eles se caracterizam para situar a concepção de necropolítica como regime político. A partir desta contextualização, busca-se verificar se o conceito de necropolítica de Joseph Achille Mbembe é passível de ser definido como um regime político vigente durante o período delimitado neste trabalho.

Para este fim, este trabalho está estruturado em três diferentes capítulos, além desta Introdução e da Conclusão. Inicialmente, o primeiro capítulo consistirá em um embasamento teórico necessário para realizar a discussão proposta; será feita uma discussão sobre os conceitos de regime político existentes na literatura e como eles se relacionam com o conceito de necropolítica.

O capítulo seguinte deste trabalho apresentará dados e fatos referentes ao governo Witzel durante o período proposto. Em relação a esses dados, a delimitação feita levou em consideração a definição de Estado e o contexto de pandemia e as necessidades mais urgentes de elaboração de políticas públicas, buscando assegurar e manter a vida através dos setores de saúde e segurança pública.

Para a exposição proposta de dados relativos à saúde, este trabalho conta com um conjunto de informações a respeito de casos e mortes confirmadas pela COVID-19 coletados através das bases oficiais da Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (SES/RJ) e do Ministério da Saúde (MS), além de contar também com notícias de páginas oficiais e da mídia em geral. Também foi utilizada literatura já existente a respeito do assunto.

Com relação aos dados de segurança pública no Rio de Janeiro, as bases de dados utilizadas foram as do Instituto de Segurança Pública (ISP), da Rede de Observatórios de Segurança e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública para compor um conjunto de dados referentes aos homicídios causados a partir de intervenção policial e quantitativo de policiais mortos durante o período de pandemia e em outros períodos para fins de comparação. Para a análise destes dados, também há a presença de literatura existente sobre a questão da segurança pública no Rio de Janeiro.

A discussão dos dados apresentados de saúde e segurança pública será feita a partir do marco teórico delineado no primeiro capítulo, para avaliar se a concepção de necropolítica como regime político é aplicável ao período estudado neste trabalho.

A conclusão deste trabalho é que foi possível averiguar a existência de diversos traços de necropolítica no governo Witzel durante o período de análise, apesar de não ser possível caracterizar esse regime como necropolítico, como será exposto.

2 REGIMES POLÍTICOS E A NECROPOLÍTICA

Para os fins deste estudo, partiremos da concepção hobbesiana de Estado, que pode ser entendido por um poder organizado e estruturado baseado em normas e regulamentos com objetivos e fins de progresso e/ou manutenção da ordem e, principalmente, da garantia da vida dos cidadãos (CASTRO; GONTIJO; AMABILE, 2012). Apesar desse ponto de partida minimalista, será levado em consideração o processo de complexificação das relações sociais a partir do contrato social e tendo como pressuposto de que o poder é essencialmente político.

Para averiguar se a noção de necropolítica com um regime político é aplicável à ação governamental no Rio de Janeiro durante o período delimitado neste trabalho, além do conceito de Estado e sua importância, é necessário também incluir os regimes políticos nesse debate.

Os regimes políticos apresentados nesta pesquisa seguirão uma classificação entre: os democráticos e os não democráticos, sendo os regimes democráticos aqueles em que a predominância do poder de escolha de quem ocupará os cargos do governo é feita pelo povo — dos governados e também cidadãos —; quando não há tal poder de escolha, os regimes podem ser conceituados como não democráticos.

Os regimes políticos democráticos na forma como os concebemos na contemporaneidade tiveram origem durante o século XIX, e podem se apresentar na forma de repúblicas, presidencialistas ou parlamentaristas, ou de monarquias constitucionais parlamentaristas. Todas essas formas institucionais, cada uma com sua especificidade, têm como pressuposto o fato de serem sistemas governados pelo povo e para o povo (CASTRO; GONTIJO; AMABILE, 2012); portanto, são governos constituídos por representantes eleitos pelo povo a partir de eleições competitivas e institucionalizadas que materializam o exercício da cidadania política (O'DONNELL, 1999). A partir dessa definição, de características institucionais e procedimentais — sem considerar aspectos substantivos das relações sociais entre os cidadãos, como desigualdades econômicas, opressões, entre outros —, tem-se como exemplo de regime democrático bem reconhecido internacionalmente temos os Estados Unidos da América (EUA) que atualmente funcionam em um sistema presidencialista, com eleições periódicas para seu chefe de governo e Estado. Outro exemplo seria o da Alemanha, uma república parlamentarista. Um terceiro exemplo seria o da monarquia parlamentarista presente no Reino Unido. Independentemente de qual seja sua forma

institucional, um regime democrático pode ser entendido, do ponto de vista institucional, como:

[...] um sistema político fundado em princípios afirmadores da liberdade e da igualdade de todos os homens e armado ao propósito de garantir que a condução da vida social se realize na conformidade de decisões afinadas com tais valores, tomadas pelo conjunto de seus membros, diretamente ou por meio de representantes seus livremente eleitos pelos cidadãos, os quais são havidos como os titulares da soberania. Donde resulta que *Estado democrático é aquele que se estrutura em instituições armadas de maneira a colimar tais resultados*. (MELLO, 1998, p. 1)

O sistema parlamentarista apresenta como uma de suas características a descentralização do poder Executivo que o divide em dois cargos diferentes: o de chefe de Governo e o de chefe de Estado. O chefe de Governo — primeiro-ministro — é o atuante que pode exercer funções de governo e legislativas naquele Estado-nação, a depender do contrato estabelecido; já o chefe de Estado, costuma ser um monarca que não possui poder sobre as práticas administrativas (CASTRO; GONTIJO; AMABILE, 2012) e é uma figura pública que realiza a representação do Estado-nação em determinados eventos públicos. Além disso, o sistema parlamentarista, assim como o presidencialista, pode ter o seu legislativo dividido em duas casas. Os critérios para a composição dessas duas casas variam de país para país (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Enquanto isso, diferentemente do sistema parlamentarista, o sistema presidencialista possui em sua composição a mesma pessoa como chefe de Governo e de Estado, possuindo funções administrativas e legislativas em simultâneo às de representação pública do Estado-nação. Há também a existência de uma ou mais câmaras para a execução das práticas legislativas nos sistemas presidencialistas, como exemplo desse arranjo institucional, temos vários países, entre eles o Brasil, que, por determinação da Constituição, o poder legislativo é bicameral, com a Câmara dos Deputados (“câmara baixa”) e o Senado Federal (“câmara alta”), que juntos formam o Congresso Nacional.

Cabe ressaltar que o sistema presidencialista sofre críticas na literatura, dentre as quais queremos destacar que:

[...] atribuir ao Executivo - órgão estruturado em torno de uma chefia unipessoal - poderes para disciplinar relações entre administração e administrados é, nos países de democracia ainda imatura, comportamento que em nada concorreria para a formação de uma consciência valorizadora

da responsabilidade social de cada qual (que é a própria exaltação da cidadania) ou para encarecer a importância básica de instituições impersonalizadas como instrumento de progresso e bem-estar de todos. Contrariamente, serviria apenas para reconfirmar a anacrônica relação soberano-súdito. (MELLO, 1998, p. 259)

Feita uma análise introdutória da distinção entre sistema parlamentarista e sistema presidencialista, pode-se verificar que a principal diferença se dá na relação entre os poderes Legislativo e Executivo. Nos sistemas parlamentaristas, o poder Executivo se origina no Legislativo — sendo apenas o segundo eleito em eleições diretas por meio de voto popular; enquanto nos sistemas presidencialistas tanto o poder Executivo quanto o Legislativo ocorrem a partir de eleições diretas por meio de voto popular, havendo, contudo, particularidades no Legislativo de acordo com os sistemas eleitorais vigentes nos países em análise (BOBBIO, 1998). Além disso, é importante salientar que em ambos é possível verificar o exercício da cidadania política, por meio do voto popular mencionado anteriormente. Aqui, entende-se cidadania política como aquela que

[...] consiste da atribuição legal e do gozo efetivo de direitos comprometidos com a aposta democrática, isto é, as liberdades simultâneas e os direitos de participação em eleições competitivas, inclusive o de votar e ser votado. (O'DONNELL, 1999, p. 664)

A diferenciação entre os regimes presidencialista e parlamentarista, apesar de não estar diretamente relacionada ao tema deste trabalho, é importante para evitar questionamentos sobre a discussão do tratamento da necropolítica como regime político seria diferente em sistemas de governo parlamentaristas.

Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), conforme as teorias políticas contemporâneas, os países de regimes democráticos seguem alguns “procedimentos universais” em seus ritos, tais como: (a) a existência de representantes do poder legislativo que devem ter sido direta ou indiretamente eleitos pelo povo; (b) deve haver também um conjunto de outras instituições com dirigentes eleitos juntos ao órgão legislativo supremo, inclusive tendo o chefe de Estado eleito pelo povo; (c) o eleitorado deve ser composto por aqueles da população que já atingiram a maioria, independente de sexo, cor e religião; (d) o peso do voto de cada eleitor deve ser igual; a população deverá ser livre para votar conforma suas próprias convicções em uma disputa livre de instituições político-partidárias; (e) para a existência de liberdade de

voto, essa população deverá possuir reais opções de voto; (f) as votações realizadas para representantes políticos devem obedecer à regra de maioria numérica para definir os eleitos; (g) as decisões tomadas pela maioria não devem limitar os direitos das minorias; (h) e os poderes executivo e legislativo devem dispor de confiança um no outro, visto que ambos foram eleitos pelo povo.

Contudo, Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) afirmam ainda que os “procedimentos universais” são elementos que estabelecem a *forma* com que deve-se chegar às decisões políticas, não definindo, então, o *conteúdo* daquilo que deve ser definido, e nem a forma com que esses procedimentos são repassados à população ou como são aplicados; a partir disso, pode-se afirmar a existência de regimes mais ou menos democráticos. Da mesma forma, de acordo com Mello (1998), é adequado diferenciar as democracias formais das democracias substanciais.

Mello (1998) descreve os Estados apenas formalmente democráticos como aqueles que cumprem todos os requisitos formais de uma democracia porém não necessariamente atendem aos demais requisitos materiais para a concretização e/ou manutenção da mesma, como por exemplo, não possuir órgãos fiscalizadores das normas existentes. Isto é, as democracias formais apresentam: (a) governantes eleitos a partir de voto popular sem distinções em mandatos temporários, (b) distinção material entre os papéis dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e (c) princípios da legalidade e independência dos órgãos observados.

Segundo Celso de Mello (1998), as democracias substanciais seriam aquelas que já passaram por uma maturação e se encontram consolidadas no sentido de que não mais apresentam direitos e deveres apenas “no papel” e sim já possuem um conjunto de estratégias e instituições que concretizam suas determinações; ou seja, uma democracia substancial pode ser vista como “plena”, por atender de forma real aos requisitos de uma democracia, sendo entendida como um estágio posterior ao de uma democracia formal. Entretanto, cabe ressaltar que “[...] nenhum estado jamais possuiu um governo que estivesse plenamente de acordo com os critérios de um processo democrático” (DAHL, 2001, p. 53) devido às complexidades inerentes a cada Estado analisado.

A depender do autor em análise, as democracias podem vir a ser descritas de forma superficial sem levar em conta seu nível de intensidade, em razão dos critérios normalmente estabelecidos para a classificação de um regime democrático ou não. A partir de conceitos minimalistas, “[...] o regime democrático (ou poliarquia, ou

democracia política) consiste de competições competitivas e institucionalizadas, acompanhadas por algumas liberdades políticas. ” (O'DONNELL, 1999, p. 663). Em outras palavras, um dos critérios mínimos para a existência desse “sistema de direitos” é a concretização dos direitos políticos, sendo o sufrágio em questão, através da participação efetiva da população adulta no processo eleitoral; caso contrário,

Se e quando os cidadãos deixam de entender que a democracia exige certos direitos fundamentais ou não apóiam as instituições políticas, jurídicas e administrativas que protegem esses direitos, sua democracia corre algum risco (DAHL, 2001, p. 63).

Robert Dahl (2001) ressalta a associação entre a existência de liberdades políticas dentro dos regimes democráticos e as liberdades da vida comum dentro dessa cultura, em que a liberdade da qual gozamos em nossa vida política se estende à vida cotidiana, tal como dito por Péricles, filósofo grego. Portanto, é possível afirmar que o contrário também é passível de acontecer, no sentido de que a falta de liberdades políticas em regimes não democráticos pode estender-se também à vida comum da população. Tal hipótese é corroborada posteriormente a partir dos debates acerca dos regimes não democráticos, tornando-se mais presente quando são discutidas questões sobre o totalitarismo e as suas vertentes existentes.

Os regimes não democráticos se fizeram presentes em diversos Estados ao longo dos últimos séculos. Ao contrário dos regimes democráticos, os regimes não democráticos não são governados pelo e/ou para o povo através do poder de escolha de seus governantes, e sim por grupos de pessoas que ocupam o poder de acordo com critérios que não passam pelos procedimentos democráticos, como as ditaduras, teocracias e suas diversas formas.

A respeito da intensidade dos regimes não democráticos, é razoável compará-los segundo os diferentes tipos existentes. Levando em consideração as liberdades individuais, nos regimes autoritários há “apenas” a restrição da liberdade, nas ditaduras e tiranias há a abolição da liberdade política, e, nos regimes totalitários há “a total eliminação [...] da mais geral e elementar manifestação da liberdade humana” (ARENDT, 2016, p. 96). Ou seja, para atingir o objetivo de obediência da população se faz necessário o uso da autoridade, que é entendida como todos os meios possíveis para que tal população obedeça seu líder político. Contudo, esse entendimento de “autoridade” dá espaço para que a violência exerça a mesma função

e cumpra o objetivo desejado — que é o domínio sobre as massas — assim, a violência passa a ser vista como autoridade. (ARENDR, 2016).

Devido à complexidade da sociedade nos dias de hoje, “[...] a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018, p. 68), e isso ocorre pois

O que liga o terror, a morte e a liberdade é uma noção “extática” da temporalidade e da política. O futuro, aqui, pode ser autenticamente antecipado, mas não no presente. O presente em si é apenas um momento de visão – visão da liberdade que ainda não chegou. A morte no presente é mediadora da redenção. (MBEMBE, 2018, p. 69-70.)

Os regimes autoritários estiveram vigentes em diversos momentos ao longo da história e na maioria dos países; contudo, o seu conceito mais atual vem dos países europeus do século XIX, que, por definição, são aqueles

[...] que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 94).

Tais regimes são vistos como menos rígidos que os totalitários por não cercear ao extremo as liberdades individuais. Uma característica importante dos regimes autoritários é a centralidade do princípio de autoridade, em que se nota uma grande relação entre o comando e a obediência irrestrita; contudo, ressalta-se também uma deturpação na manifestação da autoridade, visto que a mesma ocorre a partir de exigências de cumprimento das ordens por boa parte da população, cerceando suas próprias liberdades, conforme ressaltado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998).

No entanto, os referidos autores ressaltam que, a partir dessa obediência, é possível vislumbrar a principal e mais clara distinção do autoritarismo do totalitarismo fascista, pois o autoritarismo “apenas” exige obediência irrestrita dos súditos, e não total consideração e dedicação do cidadão, como ocorre no totalitarismo fascista. Ademais, “por definição, nenhum sistema não-democrático permite a seus cidadãos (ou súditos) esse amplo leque de direitos políticos. Se qualquer sistema político o fizer, por definição se tornaria uma democracia!” (DAHL, 2001, p. 62).

Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), estes regimes são fundados em suas ideologias autoritárias que possuem como ideais básicos a negação não

absoluta de igualdade dos homens e o destaque aos princípios hierárquicos. Levando em consideração essa base de ideologia, é possível verificar a existência de diferentes formas de governos autoritários, sendo eles déspotas ou ditatoriais (sejam essas ditaduras civis ou militares e fascistas ou não).

Os regimes ditatoriais — em visão mais ampla — são regimes presentes há mais de 20 séculos (já era possível encontrar ditaduras de diferentes formas em Roma por volta do século V a.C), sendo entendidos em um sentido moderno como um meio frequentemente usado para tomada de

[...] medidas excepcionais previstas e promulgadas pelos muitos Estados constitucionais modernos para superar um estado de emergência, interno ou externo, que não pode ser enfrentado de maneira adequada com instrumentos constitucionais normais. Este tipo de instituição envolve, geralmente, a concentração do poder num órgão constitucional do Estado (frequentemente um órgão executivo), a extensão do poder além dos limites ordinários (por exemplo a suspensão dos direitos de liberdade dos cidadãos) e a emancipação do poder dos freios e dos controles normais. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 369).

As ditaduras modernas são entendidas como sistemas não-democráticos exclusivamente modernos que destroem o ordenamento político já existente na nação, não sendo autorizada dentro dos limites constitucionais, geralmente instauradas em situações excepcionais. Contudo, deve-se atentar também ao fato de que tais “situações excepcionais” são de caráter temporário, e com isso as ditaduras modernas tendem a se divulgar como “temporárias” mesmo não havendo uma pré-determinação da duração do regime, com isso, esses regimes podem ser vistos como normais e duráveis, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998).

Outro ponto imprescindível é que

O Governo ditatorial não é refreado pela lei, coloca-se acima dela e transforma em lei a própria vontade. Mesmo quando são mantidas ou introduzidas normas que resguardam nominalmente os direitos de liberdade, ou limitam de outra forma o poder do Governo, estas normas jurídicas são apenas um véu exterior, com escassa ou nenhuma eficácia real, que o Governo ditatorial pode ignorar com discricção mais ou menos absoluta, recorrendo a outras leis que contradizem as primeiras ou que criam exceções, utilizando poderosos organismos políticos subtraídos ao direito comum ou invocando diretamente pretensos princípios superiores que guiam a ação do Governo e que prevalecem sobre qualquer lei. Este absolutismo do poder ditatorial torna caracteristicamente imprevisível e irregular a conduta do ditador ou da elite ditatorial (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 373).

A respeito dos regimes ditatoriais é possível classificá-los entre os civis e os militares. Ambos são regimes com alto grau de repressão e controle da população e que, igualmente, não permitem grande abertura para discussões políticas. Esses dois tipos pressupõem controle também sobre todos os espaços e meios de comunicação, em especial para a imprensa, e órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário. Entretanto, o ponto que destoa é que nos regimes ditatoriais militares são as forças militares que assumem a chefia do poder Executivo, tendo a seu favor o poderio bélico para fácil uso da força quando desejado; enquanto nas ditaduras civis o poder fica centralizado na mão de um indivíduo ou um grupo de civis (não-militares).

Além destes, há também os regimes ditatoriais fascistas, expressos por Umberto Eco (2018) como regime autocrático com caráter déspota e fanático, tendo como base um conjunto de características contraditórias. Esse tipo também é visto como de bases ultra nacionalistas e conservadoras, em que prevalecem as ideias de nação e raça sobre os demais valores existentes. Ademais, segundo Eco (2018, p.420), o “[...] termo “fascismo” adapta-se a tudo porque é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos, e ele continuará sempre a ser reconhecido como fascista”.

Ainda sobre tal tipo de governo, cabe ressaltar que

Na ideologia fascista, o princípio hierárquico já não é instrumento de ordem mas instrumento de mobilização total da nação para desenvolver uma luta sem limites contra as outras nações. Neste sentido, no fascismo a ideologia autoritária cessa e torna-se outra coisa. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 97)

Para Umberto Eco (2020), há também uma outra teoria a respeito do fascismo, que discorre sobre o “Ur-Fascismo” ou “fascismo eterno”, que analisa tendências fascistas modernas e contemporâneas das sociedades. Segundo essa teoria, as tendências fascistas são perceptíveis pois um regime fascista (declarada ou implicitamente) costuma apresentar um conjunto de características em comum, e mesmo excluindo um ou dois aspectos, ainda é capaz de ser reconhecido enquanto fascista. Algumas das características destes regimes são: o culto à tradição, a recusa à modernidade, a ação pela ação, o desacordo como traição e o racismo por definição; entretanto, cabe ressaltar que várias das características do fascismo eterno não são facilmente reunidas dentro de um mesmo sistema por se contradizerem e serem

típicas de regimes déspotas ou fanáticos, porém ainda que haja apenas um dos aspectos, já é possível afirmar a existência de uma “nebulosa fascista”.

Paralelamente, há os regimes totalitários que são vistos como os mais rígidos, e podem ser entendidos como sistemas que restringem ao máximo as liberdades de seus cidadãos, tais como as liberdades políticas — visto que, em tais sistemas, é proibida a formação de partidos de oposição, e há também o domínio total dessa população. Tais regimes são comandados e baseados no apoio das massas, pois necessitam de grande número de adeptos para possíveis usos de força bruta. Além disso, uma característica também presente nesses sistemas é o terror psicológico instaurado, já que todos estão sempre sendo vigiados, até por seus semelhantes. Outro traço também presente nesses regimes é que o poder dos líderes totalitários não se dá apenas por meio do Estado e da máquina de violência, tendo também os próprios meios internos de seu movimento para manutenção do terror e da dominação (ARENDT, 2013). Em suma, entende-se um regime totalitário como aquele que submete todos e quaisquer atos e ações individuais ao Estado e sua ideologia.

É interessante ressaltar o fato de que os regimes não democráticos têm frequentemente seus conceitos confundidos, visto que em diversos momentos são utilizados para contrapor a ideia de “democracia”, como é o caso dos termos “ditadura” e “totalitarismo”, e isso é um fenômeno frequente porque os limites entre essas ideias são discutíveis e instáveis em diferentes contextos, como ressaltado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998).

Descritos por Hannah Arendt (2016), os regimes autoritários são qualificados como regimes não democráticos, em que é possível verificar a restrição de liberdades até determinado limite, que normalmente é a lei do Estado-nação em análise. Estes governos possuem como origem de autoridade

[...] sempre uma força externa e superior a seu próprio poder; é sempre dessa fonte, dessa força externa que transcende a esfera política, que as autoridades derivam sua “autoridade” - isto é, sua legitimidade - e em relação à qual seu poder pode ser confirmado. (ARENDT, 2016, p. 96)

Já com relação aos regimes ditatoriais, o conceito de terror é apresentado por Arendt (2013):

O terror ditatorial - que difere do terror totalitário por ameaçar apenas adversários autênticos, mas não cidadãos inofensivos e carentes de opiniões

políticas - havia sido suficientemente implacável para sufocar toda a atividade política, ostensiva ou clandestina, mesmo antes da morte de Lênin. (ARENDR, 2013, p. 288)

Entretanto, essa ideia de terror não se mostra presente apenas em regimes não democráticos. Uma das formas de expressão desse terror presente em regimes não democráticos pode ser exemplificada através do sentimento de “culpa de associação”, que é explicada por Arendt (2013) como sendo uma invenção simples em que caso um homem seja acusado (seja por perseguição política ou algum outro crime), seus antigos colegas acabam se convertendo em inimigos que lutam para “salvar a própria pele”, podendo ajudar em investigações com informações e denúncias, por exemplo.

A noção de terror também é explorada por Joseph Achille Mbembe da seguinte forma:

O que liga o terror, a morte e a liberdade é uma noção “extática” da temporalidade e da política. O futuro, aqui, pode ser autenticamente antecipado, mas não no presente. O presente em si é apenas um momento de visão – visão da liberdade que ainda não chegou. A morte no presente é mediadora da redenção. (MBEMBE, 2018, p. 69-70.)

Segundo Mbembe (2018),

Se observarmos a partir da perspectiva da escravidão ou da ocupação colonial, morte e liberdade estão irrevogavelmente entrelaçados. Como já vimos, o terror é uma característica que define tanto os Estados escravistas quanto os regimes coloniais tardo-modernos. Ambos os regimes são também instâncias e experiências específicas de ausência de liberdade. Viver sob a ocupação tardo-moderna é experimentar uma condição permanente de “estar na dor”. (MBEMBE, 2018, p. 68)

Deste modo, percebe-se que, mesmo em regimes ditos “democráticos” é possível notar a presença do terror, exercido por um sistema de segurança que se encontra marcado pela herança do passado colonial de determinados Estados — como é o exemplo do Brasil —, visto que os efeitos dessa liberdade tardia acabam permanecendo ao longo do tempo porém sendo expressos de diferentes formas. Alguns exemplos claros são visíveis a partir de estratégias de controle da população como construção de postos militares bloqueando rodovias e a instauração de toques de recolher em determinadas partes do território, impedindo a circulação das pessoas pelo território a partir de determinado horário do dia.

Contudo, a ideia de “terror” apresentada é um elemento necessário para que se tenha o domínio, que é a ideia de comando sobre a vida dos homens, coagindo-os e por consequência controlando-os. Porém,

[...] tal domínio só pode ser alcançado controlando a outros e exercendo violência sobre eles, que, como escravos, aliviam o homem livre de ser ele próprio coagido pela necessidade. [...] A liberdade no âmbito da política começa tão logo todas as necessidades elementares da vida tenham sido sujeitas ao governo, de modo tal que dominação e sujeição, mando e obediência, governo e ser governado, são pré-condições para o estabelecimento da esfera política precisamente por não fazerem parte de seu conteúdo. (ARENDR, 2016, p. 113)

Saindo das classificações tradicionais, para entender um pouco mais sobre os regimes políticos, é necessário entender também outros conceitos fundamentais, sendo um deles o conceito de “biopoder” que foi desenvolvido por Michel Foucault é mais um dos elementos para a análise a ser realizada. O biopoder é expresso como um conjunto de “práticas mais medievais de uma extrapolação biológica que ainda opera insculpida nos estados pelo discurso de gestão, proteção e cultivo da vida no direito velado de matar” (CORREIA, 2019); em outras palavras, há um domínio institucionalizado sobre a vida determinando quem pode ou não viver que se dá a partir de critérios biológicos. Segundo Mbembe (2018), esse conjunto de ações é entendido como a soberania em sua expressão máxima, pois o Estado passa a ter o poder e a capacidade de decisão sobre a vida de sua população, logo, os limites da soberania são matar ou deixar viver.

A ideia de Michel Foucault de biopolítica como uma tecnologia de poder e controle pode ser entendida como uma sucessora da colonização, pois

[...] hoje a colonização já não é possível na sua forma direta. O Exército já não pode desempenhar o mesmo papel que outrora. Por conseguinte, reforço da polícia, “sobrecarga” do sistema penitenciário, que deve por si só preencher todas essas funções. O esquadrinhamento policial cotidiano, os comissariados de polícia, os tribunais (e singularmente os de flagrante delito), as prisões, a vigilância pós-penal, toda a série de controles que constituem a educação vigiada, a assistência social, os “abrigo”, devem desempenhar, no próprio local, um dos papéis que outrora o Exército e a colonização desempenhavam, transferindo e expatriando indivíduos. (FOUCAULT, 2014, p. 106)

Em outras palavras, o poder que antes era centralizado nas mãos do Estado e demonstrado de forma direta passa a assumir outras formas. Para Foucault (2014), o poder não mais está localizado exclusivamente no aparato estatal, e sim nos

mecanismos de poder próximos ao Estado e que atuam de forma mais sutil na vida cotidiana. A partir de tal embasamento é possível entender a biopolítica como uma complexa tecnologia de controle social com efeitos nas mais diversas instituições, sejam elas estatais ou não. Um exemplo concreto é o direito:

O direito, portanto, apresenta-se como aquilo que Michel Foucault denominou como “mecanismo de sujeição e dominação”, cuja existência pode ser vista em relações concretas de poder que são inseparáveis do racismo, como nos revelam cotidianamente as abordagens policiais, as audiências de custódia e as vidas nas prisões.” (ALMEIDA, 2018, p. 135)

Joseph Achille Mbembe teve como inspiração para a conceituação de “necropolítica” as teorias foucaultianas, levando em consideração também as distinções feitas entre os indivíduos. Para entender a conceituação de necropolítica criada por Mbembe, é imprescindível a discussão acerca do racismo, explicado por Almeida (2018) como

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2018, p. 32)

Em outros termos, o racismo é uma manifestação de práticas culturais, históricas, institucionais e interpessoais correntes na sociedade, podendo tais práticas serem realizadas de forma consciente ou não, que acabam resultando em situações de desigualdade entre indivíduos, ressaltando-se o fato de que todas essas questões têm como elemento norteador a raça e o grupo social ao qual os indivíduos estão inseridos. Sendo assim, o racismo pode ser interpretado como uma referência para a reprodução e manutenção das desigualdades e violências cotidianas refletidas nos corpos negros.

O conjunto de práticas citadas acima é o que materializa as situações de discriminação racial — que pode se dar de forma direta ou indireta. Silvio de Almeida (2018) define esse conjunto de práticas como a atribuição de abordagens e tratamentos diferenciados de acordo com a raça dos indivíduos em questão. O autor evidencia também que a discriminação racial — direta ou indireta — traz claras e graves consequências a longo prazo “[...] em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social — o que inclui as chances de ascensão social, de

reconhecimento e de sustento material - é afetado” (ALMEIDA, 2018, p. 33) a partir do fenômeno denominado *estratificação social*.

Voltando para a conceituação de necropolítica, definida como uma “forma contemporânea de submissão da vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018, p. 71), ou seja, entende-se que tal forma de submissão produz um conjunto de “mortos vivos”, o que deve ser definido como o limite distópico de um regime necropolítico. Essa condição de “mortos vivos” é explicada por Mbembe (2016) relacionando a situação às armas de fogo, visto que as mesmas são

[...] implementadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos”. O ensaio também esboçou algumas das topografias reprimidas de crueldade (fazenda e colônia, em particular) e sugeriu que, sob o necropoder, as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, martírio e liberdade desaparecem. (MBEMBE, 2016, p. 147)

Segundo Mbembe (2018), tal política tem como principal recorte o de raça, em que os negros são o destino dessas políticas, pois o

[...] racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para aceitabilidade do fazer morrer”. (MBEMBE, 2018, p. 18)

Sendo assim, Mbembe demonstra que o racismo — sobretudo institucionalizado — é um elemento fundamental para controle e dominação da população negra, que é possível a partir do exercício da soberania por parte do Estado, capaz de produzir e reproduzir normas gerais sob os corpos que ali habitam. O exercício da soberania estatal citado anteriormente é explicado por Bobbio (1987):

O Estado, ou qualquer outra sociedade organizada onde existe uma esfera pública, não importa se total ou parcial, é caracterizado por relações de subordinação entre governantes e governados, ou melhor, entre detentores do poder de comando e destinatários do dever de obediência, que são relações desiguais. (BOBBIO, 1987, p. 15)

Tal exercício ocorre de forma ostensiva nos territórios denominados “colônias” — “local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem

ser suspensos — a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da civilização” (MBEMBE, 2018, p. 35). Ainda segundo o autor,

Se observarmos a partir da perspectiva da escravidão ou da ocupação colonial, morte e liberdade estão irrevogavelmente entrelaçados. Como já vimos, o terror é uma característica que define tanto os Estados escravistas quanto os regimes coloniais tardo-modernos. Ambos os regimes são também instâncias e experiências específicas de ausência de liberdade. Viver sob a ocupação tardo-moderna é experimentar uma condição permanente de “estar na dor”. (MBEMBE, 2018, p. 68)

Essas “colônias” são territórios não sujeitos às normas legais e institucionais. Por meio dessa formulação, o autor explicita traços marcantes de um regime em andamento majoritariamente presente em países periféricos com fortes influências de um sistema escravocrata e colonial.

2.1 Contexto brasileiro

Quando se considera o território, os efeitos dos padrões desse regime acabam aparecendo com maior intensidade nas comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhas, de pescadores artesanais, dos moradores de rua, da população encarcerada, dos que se encontram em situação de extrema pobreza e naqueles domicílios que não possuem os padrões mínimos de habitabilidade, como água potável e saneamento básico, além de outras populações que se encontram em situações de vulnerabilidade social por motivos de alimentação insuficiente, problemas no acesso aos serviços de saúde pública, assistência social e outros, conforme IBGE (2019), citado por Santos (2020).

Entretanto, cabe ressaltar que segundo Mbembe, no ambiente da necropolítica, determinados corpos não merecem viver (MBEMBE, 2018), e, portanto, “devem” morrer. O cenário brasileiro como um todo não apresenta esse mesmo grau de intensidade em suas políticas. Conforme dados a serem exibidos ao longo do trabalho, há políticas que podem indicar desprezo — parcial ou integralmente — pelos corpos periféricos e/ou negros e os mesmos são constantemente tratados com indiferença, porém não se nota de maneira tão clara uma definição de quais corpos “devem” necessariamente morrer, e sim de quais corpos “podem” morrer dada a indiferença citada.

Segundo Hannah Arendt (2013), a explicação dessas políticas exercidas pelo Estado que menosprezam os corpos a partir de critérios de raça se faz possível, pois em uma análise puramente política a raça é “[...] não o começo da humanidade mas o seu fim [...], não o nascimento natural do homem mas a sua morte antinatural.” (ARENDR, 2013, p. 232), porquanto o racismo desempenha uma função primordial na regulação da distribuição da morte por meio de atuação estatal (MBEMBE, 2018). Segundo a definição de Almeida (2018), esta instituição estatal, por sua vez, materializa as regras de convívio social por meio de aparato legal. Isto é, as práticas discriminatórias fundadas nos critérios de raça são formalizadas (transformadas em normas e regulamentos) através do Estado, reafirmando a teoria de Hannah Arendt, visto que os conflitos raciais são elementos importantes para o controle de indivíduos pelas organizações (ALMEIDA, 2018).

Com base nos pontos acima abordados, este trabalho visa analisar o período de pandemia do coronavírus — a partir de março de 2020 — e debater as políticas de saúde e segurança pública realizadas no âmbito do governo do estado do Rio de Janeiro com limite de tempo entre a determinação de autonomia dos estados e municípios pelo Supremo Tribunal Federal e o afastamento do governador Wilson Witzel determinado pelo Supremo Tribunal de Justiça com o intuito de verificar se tais políticas foram formuladas objetivando o bem estar comum, ou se foram, de forma omissa, essencialmente excludentes e parte de um projeto de regime de governo necropolítico. No próximo capítulo, serão analisadas as ações de combate à COVID-19 no estado do Rio de Janeiro, mais precisamente nas áreas de saúde e segurança pública, enfatizando os dados de casos e mortes confirmadas na área de saúde e de homicídios causados a partir de intervenção de agente estatal e policiais mortos em serviço.

3 AÇÕES DE COMBATE À COVID-19 NOS SETORES DE SAÚDE E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O presente capítulo pretende discutir as ações e as políticas implementadas pelo Governo do estado do Rio de Janeiro durante a pandemia da COVID-19, mais precisamente as políticas de saúde e segurança pública. Para tal, o marco temporal se dá a partir do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.341 — proposta de discussão da inconstitucionalidade da lei —, em que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a autonomia dos Estados e Municípios, como prevê a Constituição Federal de 1988 no cenário extraordinário da pandemia da COVID-19 (BRASIL, 2020a).

Tal marco foi estabelecido com a Medida Provisória (MP) 926/2020 — posteriormente transformada em Lei Nº 14.035/2020 — (BRASIL, 2020b), que apresenta determinações sobre aquisição e contratações de bens, serviços e insumos, além da possibilidade da União legislar sobre o tema porém garantindo a autonomia dos demais entes; a decisão tomada levou em consideração também a Lei Nº 13.979/2020, publicada no mês de fevereiro e que estabeleceu critérios e parâmetros iniciais para o combate ao vírus no país. Tendo em vista o poder decisório autônomo por parte do estado do Rio de Janeiro em meio à pandemia da COVID-19 a partir de 15/04/2020, visa-se analisar quais tipos de políticas foram implementadas.

O marco temporal final do trabalho é caracterizado pelo final das políticas estabelecidas pelo Wilson Witzel, devido ao seu afastamento do cargo determinado pela Corte Especial do Supremo Tribunal de Justiça em 04/09/2020. O afastamento foi uma medida punitiva determinada com base nas investigações realizadas na Operação *Tris in Idem* que possuem como objetivo a busca por irregularidades no processo de aquisição de bens e serviços para a saúde no período de pandemia da COVID-19, e que teve como um dos nomes envolvidos o do ex-governador. De acordo com o ministro Benedito Gonçalves, o responsável pela decisão do afastamento:

O grupo criminoso agiu e continua agindo, desviando e lavando recursos em plena pandemia da Covid-19, sacrificando a saúde e mesmo a vida de milhares de pessoas, em total desprezo com o senso mínimo de humanidade e dignidade, tornando inafastável a prisão preventiva como único remédio suficiente para fazer cessar a sangria dos cofres públicos, arrefecendo a orquestra atuação da *orcrim*. (BRASIL, 2020c).

A partir da contextualização temporal, o objeto de análise deste trabalho será o regime de governo de Wilson Witzel, mais precisamente durante o período de pandemia da COVID-19 no estado do Rio de Janeiro ocorrido no intervalo de tempo explicitado anteriormente. Deste modo, visa-se averiguar a existência — ou não — de um regime necropolítico em andamento.

Faz-se necessária a justificativa de que o estudo das políticas realizadas dentro do intervalo explicitado anteriormente se dá em parte devido à relevância do estudo para o Campo de Públicas e o da Ciência Política, e em outra parte pois as áreas de segurança — de competência exclusiva do estado — e saúde — de competência concorrente entre os estados e municípios — públicas, e nesse caso devem ser analisadas. Tais competências são definidas na Constituição Federal de 1988 para o cumprimento dos direitos assegurados à população a serem providos por parte dos entes federativos (BRASIL, 1988). Cabe ressaltar que o contexto de pandemia se trata de um período de emergência sanitária, dada a alta taxa de transmissibilidade do vírus e seu potencial letal, e que os entes são providos de dispositivos legais excepcionais e temporários para reprimir anormalidades. Uma medida de tentativa de controle da disseminação do vírus no país foi a Medida Provisória (MP) 926/2020, um dos marcos iniciais de combate à COVID-19 que concedeu mais autonomia aos estados neste período.

Cabe ressaltar também o papel do Estado perante as políticas públicas de saúde e segurança e sua responsabilidade no controle dos dois extremos que são a vida e a morte, visto que a função principal do Estado é a garantia e a manutenção da vida através de seus conjuntos de políticas e, caso planejadas de forma excludente ou não planejadas, podem estar voltadas para a morte. Tal responsabilidade possui como um de seus embasamentos a “[...] inviolabilidade do direito à vida” (BRASIL, 1988) — assegurada pela Constituição Federal em seu Artigo 5°. No caso do estado do Rio de Janeiro, a materialização de instituições com atribuições relativas à promoção dos direitos à saúde e à segurança pública resultou na instituição da Secretaria de Estado de Saúde e da Secretaria de Estado de Segurança — sendo esta extinta em 2019 pelo ex-governador Wilson Witzel. O papel do Estado enquanto condutor dos extremos vida e morte pode ser observado a partir da execução ou não de seus deveres, exercendo por consequência controle dos corpos da população (em especial dos corpos periféricos).

Anterior à análise a ser realizada, além dos dados relativos à saúde e segurança pública, é necessário também avaliar as características gerais da população fluminense em comparação com a população brasileira, para que seja possível verificar o impacto das políticas estaduais, comparando-as com as nacionais.

Para a análise proposta, serão utilizados inicialmente dados no nível estadual e nacional relativos à população e rendimentos médios conforme cor e conforme nível de escolaridade obtidos a partir dos coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tanto das estimativas de quantitativo populacional quanto das pesquisas contínuas trimestrais por amostra de domicílios.

Além destes, para a seção de Saúde Pública, serão apresentadas informações relativas ao Sistema Único de Saúde (retiradas de sua lei constitutiva), à Secretaria de Estado — a respeito das competências da mesma — (retiradas de meios oficiais do governo do estado), e depois os quantitativos de casos e mortes em níveis estadual e nacional confirmadas por COVID-19 com base nos relatórios oficiais de cada ente federativo. Para a análise, são utilizados também alguns fatos, para avaliar as decisões tomadas pelos governantes.

Com relação à seção de Segurança Pública, o trabalho contará com informações relativas à constituição da extinta Secretaria responsável pela área, a apresentação da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 e fatos controversos a ela, além de quantitativos relativos ao tema baseado em relatórios do Instituto de Segurança Pública (ISP), dos Observatórios da Segurança e também do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, para apresentar dados como índices de homicídios causados por intervenção policial, policiais mortos em serviço e motivações das operações realizadas no período de análise.

Tabela 1 - Dados gerais da população

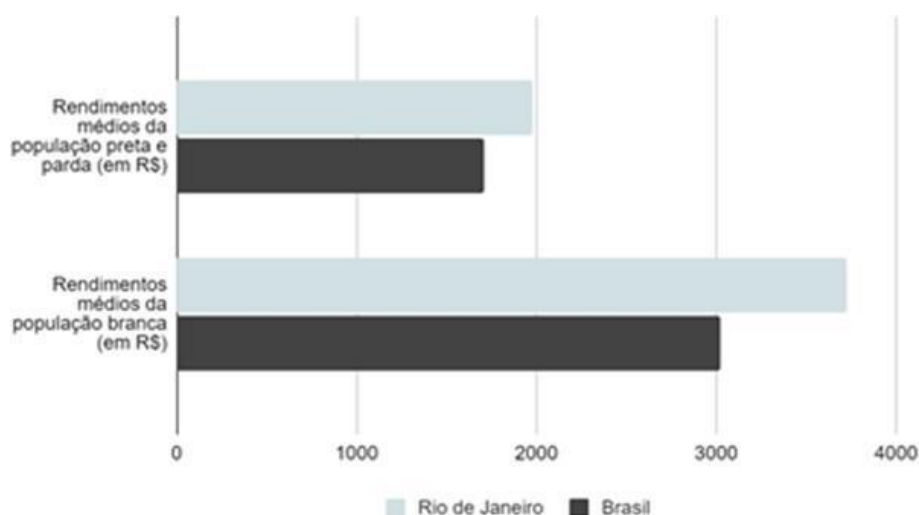
	Rio de Janeiro	Brasil
População	17.420.197	212.650.117
Autodeclarados pretos e pardos	53,90%	56,40%

Fonte: IBGE (2020a).

Conforme dados da Tabela 1, o estado do Rio de Janeiro possui uma população de mais de 17 milhões de habitantes, equivalente a 8,2% de toda a população nacional estimada segundo o IBGE (2020a). Destes, mais da metade se autodeclararam pretos ou pardos, 53,9% no Rio em contraposição aos 56,4% em nível nacional.

Ainda de acordo com os dados divulgados pelo IBGE (2020a), durante o primeiro trimestre de 2020 — de janeiro a março —, período em que o vírus estava iniciando sua propagação no país, as populações pretas e partes e branca possuíam realidades socioeconômicas distintas, tal como representado na Figura 1.

Figura 1 - Rendimentos médios mensais (em R\$)

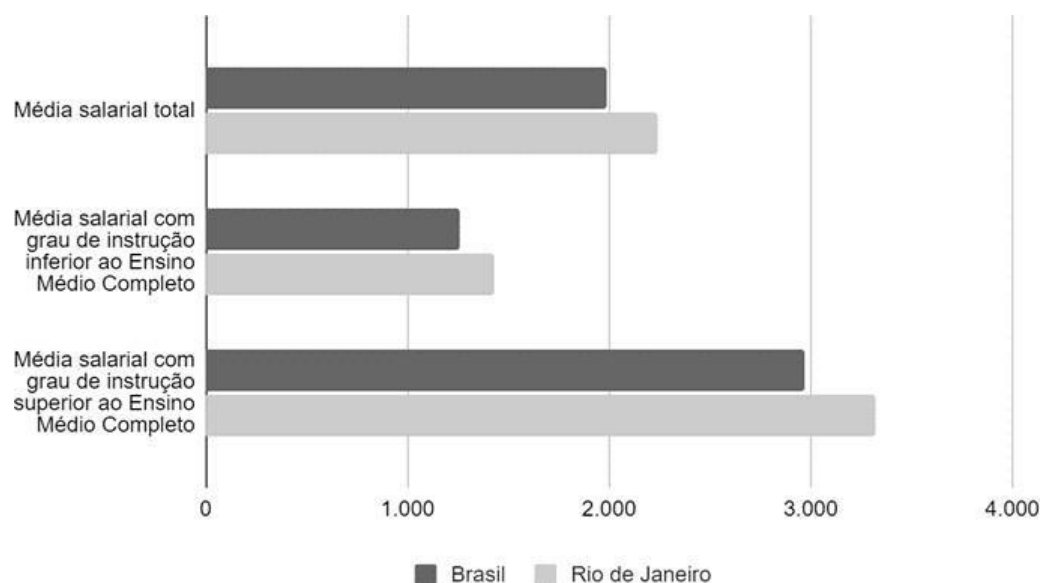


Fonte: IBGE (2020a).

De acordo com os dados apresentados acima, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), os rendimentos médios mensais (em reais) dos trabalhadores no Rio são superiores à média nacional. Contudo, apesar dessa disparidade, ainda é possível verificar que as populações autodeclaradas pretas e pardas nos dois níveis de análise possuem uma média salarial de cerca de 50% dos rendimentos da população branca, o que demonstra certo grau de desigualdade com base na etnia.

Além disso, é viável ponderar também as médias salariais conforme grau de instrução:

Figura 2 - Rendimentos médios mensais segundo grau de instrução (em R\$)



Fonte: IBGE (2020a).

A partir dos dados apresentados com base na PNAD, nota-se grande disparidade na média salarial da população nos dois níveis de análise conforme grau de instrução. Quando se tratando da população com grau de instrução inferior ao Ensino Médio Completo (sem instrução, Ensino Fundamental incompleto ou completo e Ensino Médio incompleto), esta recebe em média menos de 50% daqueles com instrução superior ao Ensino Médio Completo (Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto ou completo), sendo essa a realidade tanto do Rio de Janeiro quanto do Brasil.

3.1 Saúde Pública

A saúde pública é atualmente um dos direitos sociais básicos e fundamentais para a vida humana que é assegurado na Constituição Federal de 1988, artigo 6º, com isso, deve ser provido através das instituições do Sistema Único de Saúde, conforme Lei Federal nº 8080/1990. Segundo essa Lei:

Art. 17 À direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) compete:
 [...] IV - coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços:
 a) de vigilância epidemiológica;
 b) de vigilância sanitária

[...] VIII - em caráter suplementar, formular, executar, acompanhar e avaliar a política de insumos e equipamentos para a saúde;
 IX - identificar estabelecimentos hospitalares de referência e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional;
 [...] XIII - colaborar com a União na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;
 XIV - o acompanhamento, a avaliação e divulgação dos indicadores de morbidade e mortalidade no âmbito da unidade federada. (BRASIL, 1998)

Esse conjunto de competências listadas são de responsabilidade da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ), materializadas e providas a partir do seu conjunto de sub-organizações. As sub-organizações da Secretaria de Estado de Saúde possuem como algumas das atribuições atualmente, de acordo com Rio de Janeiro (2020a):

1. Provimento de diferentes meios de acesso a tratamentos no SUS devido à sua capilaridade, sendo os tratamentos clínicos de complexidade baixa ou atendimento primário nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), tratamentos emergenciais de complexidade intermediária nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e os tratamentos de complexidade alta em complexos hospitalares, dada a necessidade de profissionais especializados e recursos tecnológicos;
2. Garantias de acesso aos serviços básicos de saúde e regulação;
3. Planejamento das ações a serem feitas de acordo com os instrumentos previstos em lei.

Com base nisso, nota-se que o provimento de políticas públicas relativas à saúde é um elemento fundamental na tentativa de manter e garantir a vida humana sendo

[...] dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1998)

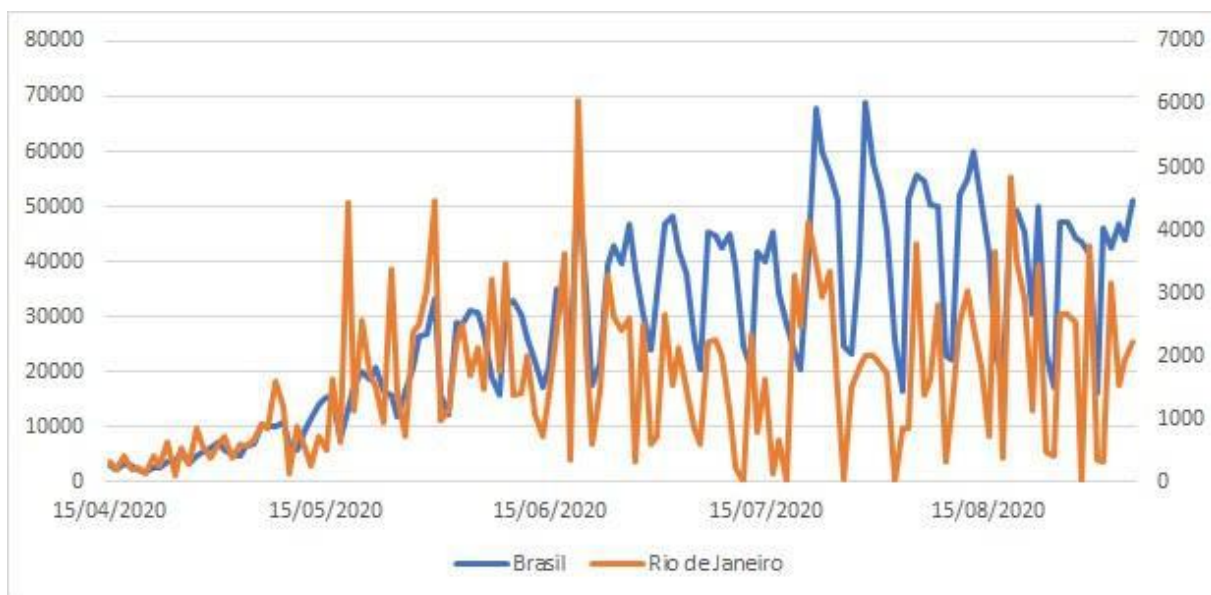
Além disso, tais políticas são providas a partir do Sistema Único de Saúde (SUS) em seus diferentes níveis, federal, estadual e municipal, sendo um de seus objetivos “[...] a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais

e das atividades preventivas” (BRASIL, 1990); ou seja, há pressuposto de responsabilidade no controle da vida e da morte por parte do Estado citado na Lei Federal nº 8.080/1998, Lei de criação do Sistema Único de Saúde.

Conforme explicitado anteriormente, para a garantia de autonomia dos Estados e Municípios no combate à COVID-19, foram tomadas medidas a partir de março de 2020. Então, considerando os pontos citados, busca-se apresentar dados referentes à doença e aos efeitos das políticas adotadas, além de posicionamentos feitos por parte do ex-governante, no período de 15/04/2020 a 04/09/2020, contrapondo com dados em nível nacional.

É necessário ressaltar que, conforme dados da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (2020b) os primeiros casos e suspeitas da doença foram no município do Rio de Janeiro e Região Metropolitana I (contendo os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Seropédica), ou seja, essa região foi a primeira a apresentar concentrações de casos, e, com os deslocamentos feitos pela população, a doença logo foi disseminada em outras regiões também. Tendo em vista o fato apresentado, cabe ressaltar também que, segundo a Secretaria de Estado de Saúde (2020b), as regiões citadas acima foram as primeiras a apresentar grandes incidências de casos, tendo os ápices de incidência próximos aos meses de abril e maio (entre as semanas 25 e 27).

Outro dado importante de avaliação das políticas públicas de saúde realizadas é a análise dos números de casos e mortes confirmadas por COVID-19 no período de abril a setembro de 2020. Contudo, deve-se atentar ao fato de que os números confirmados dizem respeito apenas aos grupos de indivíduos que foram devidamente testados através do teste RT-PCR (*reverse-transcriptase polymerase chain reaction*), que é o melhor método para avaliação da presença e atividade do vírus no organismo através de análise laboratorial, conforme Secretaria Estadual de Saúde do Mato Grosso do Sul (2020).

Figura 3 - Casos confirmados por COVID-19

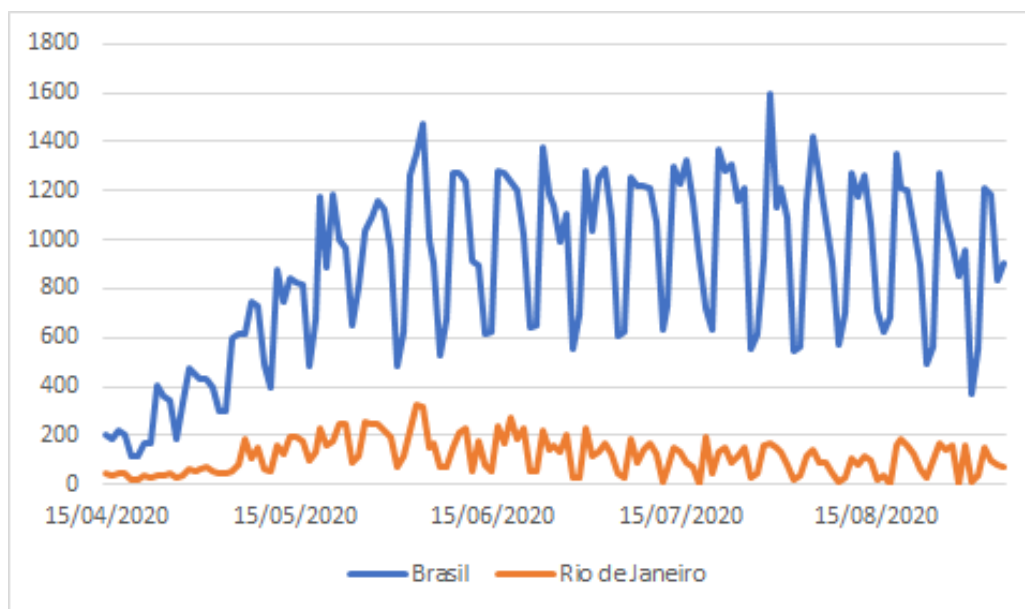
Fonte: BRASIL (2020d); RIO DE JANEIRO (2020b).

De acordo com a figura acima, nota-se que a partir de abril de 2020 o número de casos confirmados — a partir da testagem correta — aumentou em grandes níveis, sendo em maio (59.389 casos) próximo do dobro do quantitativo de confirmações no mês anterior (31.734); porém, cabe ressaltar que o mês de abril está sendo contabilizado a partir de 15/04, sendo os casos citados apenas a partir desta data. Nos meses de junho e julho a quantidade de casos confirmados da doença se mantiveram estáveis em relação ao mês de maio, em 51.124 e 52.268 respectivamente; porém, apesar da estabilidade dos casos em números altos nesse período, houve autorização para a reabertura do comércio no estado — ocorrida em 08 de junho. Apesar da expectativa do aumento no número de casos a partir da medida tomada, foi registrada uma leve queda nos casos comprovados do mês de agosto, totalizando 44.039 em todo o estado, e 6.995 entre os dias 01 e 04 de setembro.

Os dados de confirmações de casos da COVID-19 em nível nacional também foram apresentados dentro do gráfico acima no mesmo período. De acordo com os relatórios do Ministério da Saúde (2020), em nível nacional foram 60.118 casos confirmados em abril, sendo destes 52,8% no Rio. Já nos meses seguintes, de maio, junho e julho, os casos confirmados foram de 428.820, 887.841 e 1.260.444, respectivamente, tendo o Rio como responsável por 13,9%, 5,8% e 4,1% dos casos

nacionais. Nos meses de agosto e início de setembro (até o dia 04/09), foram confirmados em nível nacional 1.245.787 e 184.560 casos com 3,5% e 3,8% no estado do Rio de Janeiro.

Figura 4 - Mortes confirmadas por COVID-19

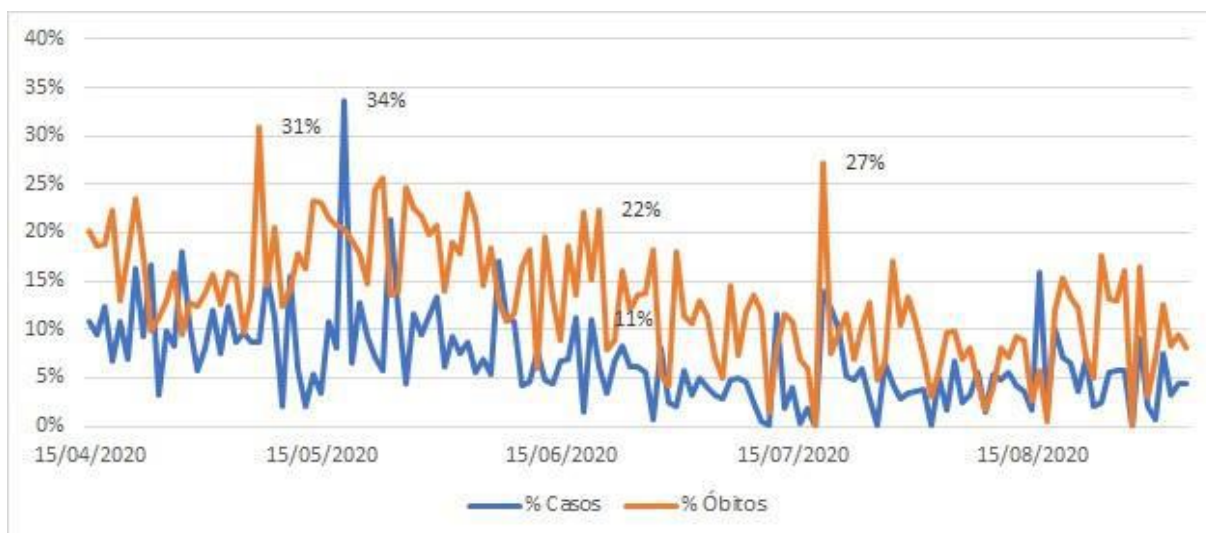


Fonte: BRASIL (2020d); RIO DE JANEIRO (2020b).

O gráfico acima expõe as variações nas mortes confirmadas pela COVID-19 no período explicitado, sendo de parte do mês de abril um total de 2.726, aumentando em mais de duas vezes e meia no mês seguinte, totalizando 7.219. Contudo, a partir do mês de junho é possível notar uma redução nos números de mortes, sendo de 3.440 no mês em questão, 2.264 em julho e 2.043 em agosto — representando certa estabilidade nos números —, além das 295 mortes confirmadas entre os quatro primeiros dias do mês de setembro.

É possível também comparar os dados de óbitos confirmados pela doença em nível nacional e estadual segundo os dados publicados pelo Ministério da Saúde. Segundo os relatórios, de 15/04 a 30/04 foram contabilizadas 4.369 mortes, e dentro destas 62,4% foram localizadas no estado do Rio de Janeiro. Nos meses de maio, junho e julho, os relatórios apresentaram totais de óbitos de 23.413, 30.280 e 32.881 respectivamente, com 30,9%, 11,4% e 6,9% deste total sendo pelo Rio. Com relação aos meses seguintes, agosto e setembro (até 04/09), foram confirmados em cada mês 28.906 e 4.140 óbitos, dos quais 7,0% e 7,1% estavam no estado do Rio de Janeiro.

Figura 5 - Casos e Mortes confirmadas no Rio de Janeiro proporcionais ao Brasil

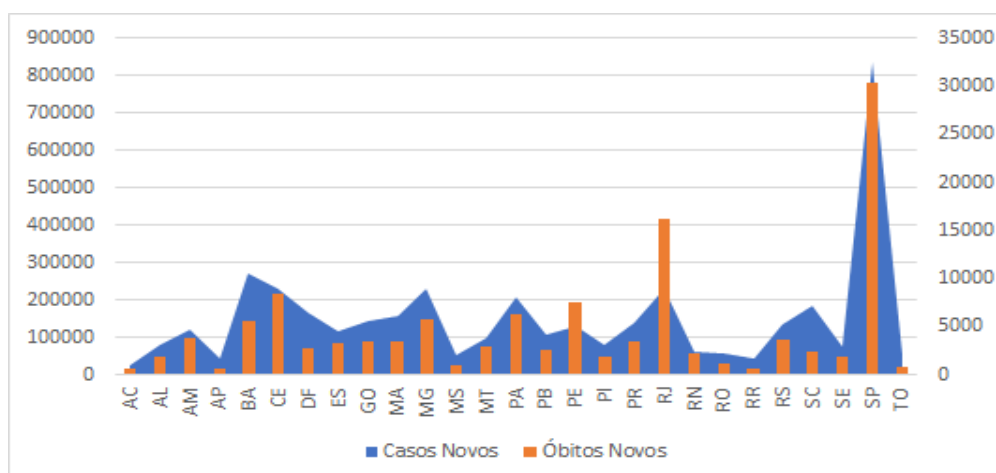


Fonte: BRASIL (2020d); RIO DE JANEIRO (2020b).

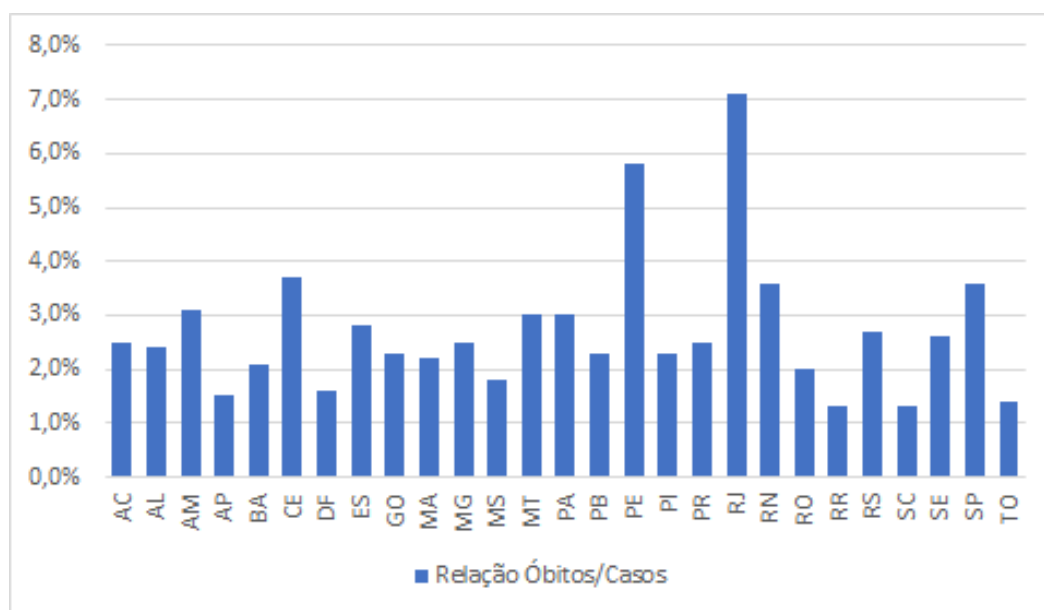
Segundo dados da Figura 5, é possível verificar que proporcionalmente aos casos e mortes confirmadas no país pela doença, o estado do Rio de Janeiro apresentou quantitativos bem expressivos, atingindo no mês de maio um máximo de casos proporcionais de 34% com relação aos valores em nível nacional e no mesmo mês um percentual de 31% das mortes em nível nacional pela doença.

Para a análise proposta, devem ser considerados também os dados de casos e mortes confirmadas pelo coronavírus para fins de comparação, de acordo com as Figuras:

Figura 6 - Casos e Mortes confirmados de COVID-19 nos estados



Fonte: BRASIL (2020d).

Figura 7 - Índice de Letalidade de COVID-19 nos estados

Fonte: BRASIL (2020d).

A Figura 6 apresenta os totais acumulados de casos e mortes confirmadas pela doença no período de 15/04 a 04/09 nos estados brasileiros com totais expressivos, e por meio desta é possível verificar que em termos absolutos o estado de São Paulo apresentou os maiores quantitativos, tornando-se o responsável pelo maior número de casos e mortes da doença em todo o país. Entretanto, através da Figura 7 é possível verificar a relação entre o total de mortes e casos confirmados, o que nos mostra que Rio de Janeiro e Pernambuco foram os dois estados que possuíram os maiores índices de letalidade no país, visto que apresentaram os maiores percentuais de morte por casos da doença.

Fora os casos confirmados de COVID-19, outra situação preocupante diz respeito ao quantitativo de casos de Síndrome Gripal (SG) e Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG). Seguindo as recomendações do Ministério da Saúde (2020) são considerados casos suspeitos de COVID-19 aqueles que apresentam sintomas próximos da doença, podendo ser categorizado como tendo Síndrome Gripal (SG) ou Síndrome Respiratória Grave (SRAG), a depender da gravidade dos sintomas. Esses casos citados acima são confirmados de COVID-19 por critérios clínicos (sintomas), clínico-epidemiológicos (contato próximo com caso confirmado) ou clínico-imagem (exames); não confirmando, entram para os casos subnotificados da doença. Uma

análise precisa desses casos não é possível dado o conjunto de inconsistências nos dados e dificuldade de organização dos mesmos por parte das Secretarias Estaduais de Saúde, tornando os dados ainda mais imprecisos.

Os dados discriminados foram publicados em fontes oficiais do Governo do estado do Rio de Janeiro e podem não refletir a real gravidade da situação, pois, conforme analisado acima, os casos de Síndrome Gripal e Síndrome Respiratória Aguda Grave podem ser contabilizados nos números de subnotificação visto que não havia material para testagem em massa disponível por parte dos órgãos públicos. Além disso, a não publicização completa dos dados (intencional ou não intencional) pode ter sido um fator para o abandono e/ou redução da aderência das medidas de isolamento social ao longo dos meses (PLATERO; GOMES, 2020). Assim sendo, caso a não testagem tenha sido planejada, como uma política para tranquilizar a população, isso pode ter tido graves consequências nos casos de subnotificações, em última análise, desprotegendo a vida das populações mais vulneráveis. Sobre as subnotificações de COVID-19, cabe ressaltar que os números podem ser ainda mais preocupantes do que o relatado pois conforme cálculos realizados, estima-se que a taxa de notificação — por meios oficiais — dos casos da doença em níveis federal e estadual sejam muito abaixo do esperado, sendo de 9,2% no Brasil e 7,2% no estado do Rio de Janeiro (PRADO *et al*, 2020), o que significa que os números reais podem ser dez vezes maiores ou ainda mais.

Além dos dados acima apresentados, um fato importante a ser levado em consideração é que houve mobilização por parte dos entes federativos para a construção de pontos de apoio para os hospitais — que já chegavam aos seus limites na capacidade das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) para os casos mais graves. No caso do estado do Rio de Janeiro, foram previstas as construções de nove deles espalhados por todo o território com centenas de leitos de enfermaria e UTI. Contudo, nem todos os hospitais de campanha inaugurados chegaram a atender pacientes e foram desmobilizados até o dia 12 de agosto, visto que o secretário responsável pela pasta alegou que não havia a necessidade de continuidade dos mesmos dada a existência de leitos suficientes para caso chegasse uma segunda onda da doença.

Por outro lado, há também o fato de que, por se tratar de uma condição nova, não há um tratamento indicado especificamente para a cura da doença. Não há estudos suficientes para justificar o uso de determinadas medicações, como é o caso da hidroxicloroquina. A hidroxicloroquina é um medicamento conhecido no tratamento

da malária e algumas outras enfermidades e que teve seu uso encorajado a partir de diversos representantes, sendo alguns deles: presidente, ministros da saúde, conselheiros de saúde, etc. O Ministério da Saúde e a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) foram duas instituições incentivadoras do uso, apesar de todos os questionamentos científicos a respeito de sua eficácia. Contudo, apesar dos incentivos, foram notados também receios por parte das comunidades médica e científica pois o princípio ativo da hidroxicloroquina poderia não apenas não servir para o tratamento do coronavírus, mas como também causar reações alérgicas e/ou efeitos colaterais graves naqueles que a ingerem, ainda mais em quantidades inadequadas.

3.2 Segurança Pública

A segurança pública é um dos direitos básicos consagrados pela Constituição Federal de 1988, artigo 6º, e que historicamente era provido e regulado no estado do Rio de Janeiro por meio de sua devida secretaria. Atualmente não há uma secretaria específica voltada para a pauta da segurança pública devido à extinção da mesma por meio do Decreto Estadual nº 46.544/2019, que extinguiu e incluiu a mesma junto às Secretarias de Estado da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Entretanto, quando criada em 1975 por meio do Decreto Estadual nº 11, tinha-se em mente que

Art. 1º - A Secretaria de Estado de Segurança Pública, compete:

- I- Planejar, supervisionar, coordenar e orientar as atividades de segurança pública;
- II- Dirigir e coordenar as atividades de Polícia Judiciária no Estado;
- III- Aplicar a legislação de trânsito de veículos pedestres, em articulação com a Secretaria de Estado de transportes;
- IV- Executar o policiamento ostensivo e fardado;
- V- Coordenar as medidas preventivas de combate ao fogo e promover a extinção de incêndios e o salvamento de vida e haveres nos casos de desastres e sinistros;
- VI- Exercer atividades de proteção e segurança aos banhistas nas praias e balneários;
- VII- Realizar a busca e o salvamento marítimo;
- VIII- Planejar, supervisionar, coordenar e orientar a defesa civil da população contra as calamidades públicas;
- IX- Exercer as atividades de segurança interna de sua competência. (RIO DE JANEIRO, 1975)

Em outras palavras, a organização tinha como objetivo formular, planejar e executar ações relativas ao tema através dos seus órgãos operacionais subordinados vinculados. Assim, a pauta da segurança pública possuía sua devida importância, não deixando-a como secundária dentro de outros arranjos institucionais. Além disso, cabe ressaltar que enquanto uma secretaria, as ações relativas ao tema devem ser mais transparentes para a população, seja com relação aos projetos realizados ou aos integrantes do gabinete, por exemplo.

Dado o contexto extraordinário de crise sanitária, uma das ações tomadas para tentativa de garantir a vida foi a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635 pelo Partido Socialista Brasileiro (BRASIL, 2020e) no mês de junho de 2020 que objetivou a proibição de operações policiais e militares nas comunidades do Rio de Janeiro em meio ao contexto de pandemia da COVID-19, salvo situações absolutamente excepcionais, pois essas ações poderiam pôr em um risco ainda maior a população, tanto com relação a possíveis disparos de armas de fogo quanto na prestação de serviços públicos sanitários e no desempenho de ajuda humanitária. A justificativa para a medida cautelar urgente foi um compilado de ocorrências em diversas favelas do Rio de Janeiro, onde diferentes órgãos de segurança realizaram ações de caráter extremamente condenável deixando diversos moradores mortos, um deles foi João Pedro Mattos Pinho, 14 anos, alvejado na casa de sua tia onde foram contadas mais de 70 marcas de tiros. Essa situação expõe explicitamente a necessária relação entre as políticas de preservação e manutenção da vida humana que devem se dar de forma intersetorial, nesse caso, conjuntamente com os órgãos responsáveis pela saúde e segurança pública e mais especialmente quando se trata de populações periféricas.

O controle exercido nos corpos citado anteriormente é fundamentado no principal papel da instituição estatal capitalista, que é

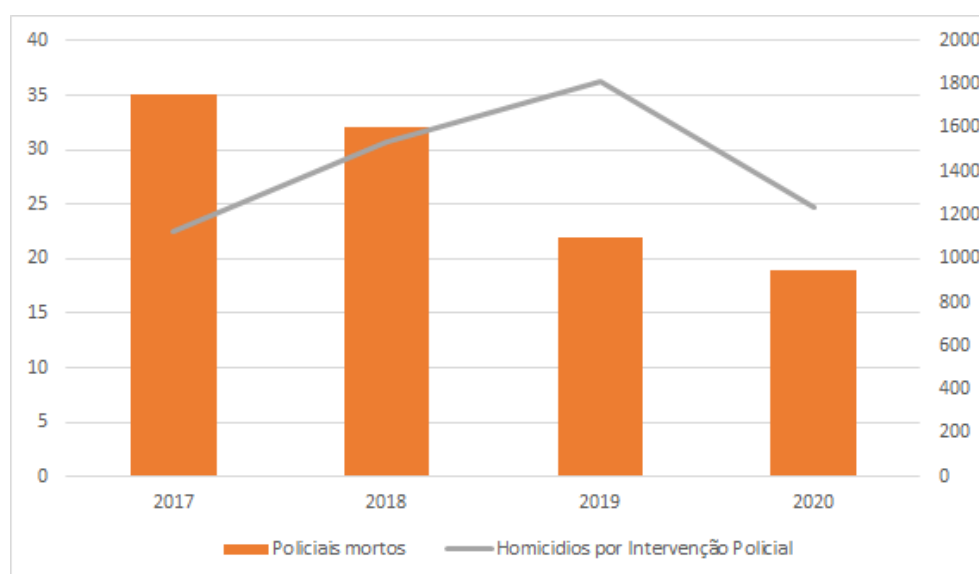
[...] a manutenção da ordem - garantia da liberdade e da igualdade formais e proteção da propriedade privada e do cumprimento dos contratos - e a “internalização das múltiplas contradições”, seja pela coação física, seja por meio da produção de discursos ideológicos justificadores da dominação. (ALMEIDA, 2018, p. 93)

Isto significa que as instituições estatais detêm o poder sobre a vida da população — sobretudo das populações periféricas — e esse poder é traduzido em políticas públicas voltadas para grupos sociais específicos, excluindo (ou

exterminando subjetiva ou objetivamente — em certos casos) os demais. Quando há essa exclusão de determinados grupos das políticas sociais, entende-se que há também a despreocupação com a garantia da vida, o que, já de início se contrapõe a qualquer noção mais básica de Estado, mesmo a hobbesiana.

Essa contradição pode ser percebida pelos dados informados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2020c), órgão responsável pela análise e publicação de dados relativos à segurança pública no estado do Rio de Janeiro. Segundo dados publicados, tendo em vista os dados a partir de 1991, notou-se que no ano de 2020 o estado apresentou alto índice de homicídios causados por intervenções policiais — 1239 mortes registradas —, em contraposição aos 19 policiais (civis e militares) mortos em serviço no mesmo período.

Figura 8 - Relação entre Policiais Mortos e Mortes por Intervenção Policial



Fonte: RIO DE JANEIRO (2020c)

Para avaliar as políticas formuladas na área de segurança pública para o Rio, este trabalho conta com dados dos anos de 2017 a 2020 sobre policiais mortos (em serviço e fora) e homicídios causados por intervenção policial, conforme exemplificado na Figura 8. De acordo com o gráfico apresentado, é possível verificar dois movimentos: o primeiro de diminuição no quantitativo de policiais mortos e o segundo de “estabilização” para os homicídios por agente do Estado. Para avaliação dos dados, é importante estabelecer a relação entre ambos, visto que as operações militares ocorridas são violentas a tal ponto que afetam estes dois quantitativos. Com

isso, é possível estabelecer a hipótese de que ao longo do tempo os índices de violência foram diminuindo porém a atuação das organizações policiais (agentes do Estado) se estabeleceu como violenta e adepta da estratégia de confronto direto, o que é refletido a partir dos altos índices de homicídios por intervenção policial mesmo no ano de 2020, em que tivemos alguns meses com altos índices de isolamento social.

Visando avaliar o impacto desse quantitativo de homicídios causados por intervenções policiais, há a possibilidade de compará-los com os dados disponíveis em nível nacional dos anos de 2017 e 2018. Conforme últimos dados publicados em nível nacional por relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), no ano de 2018 foram registrados 6.220 no país inteiro, enquanto no ano anterior foram contabilizados 5.179, sendo notado um aumento de 20% de um ano para o outro. Já em relação ao estado do Rio de Janeiro, segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), nos anos de 2018 e 2017 foram contabilizados respectivamente 1.534 e 1.127 casos de homicídios por intervenções policiais, totalizando um aumento de 35% de um ano em relação ao seguinte. A partir desses dados, nota-se que o estado do Rio de Janeiro possui um expressivo número na quantidade de mortes a partir de intervenções de agentes do Estado, totalizando 22% e 24% dos casos proporcionalmente ao total do país como um todo, e tendo em vista esse percentual nota-se que as instituições de polícia do Rio podem ser consideradas as mais letais do país.

Com relação aos dados de policiais civis e militares mortos em serviço, a partir do relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019) foi possível verificar que no ano de 2018 foram 86 os casos contabilizados em nível nacional, em contraposição aos 82 casos do ano de 2017. Desses casos contabilizados, 27 ocorreram no estado do Rio de Janeiro no ano de 2018 e 28 no ano de 2017, o que representa percentualmente 31,03% e 34,15%, respectivamente. Em outros termos, os índices de letalidade de agentes do Estado equivaleriam proporcionalmente a cerca de $\frac{1}{3}$ (um terço) de todos os casos registrados no país nesse mesmo período.

O relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019) apresenta também outros índices a serem avaliados com relação aos quantitativos de mortes violentas intencionais. De acordo com o relatório, em outros países o quantitativo de mortes por intervenção de agente do Estado costumam corresponder a 5% do total de homicídios, enquanto no Brasil, o índice encontrado foi de 11% (11 mortes de autoria policial a cada 100 mortes violentas intencionais); entretanto, quando

analisado o cenário do estado do Rio de Janeiro, verificou-se um índice ainda mais alarmante, sendo de 23% (23 mortes por policiais a cada 100 mortes violentas intencionais), classificado como a unidade da federação com o maior índice.

Em conformidade com relatórios publicados pelos Observatórios da Segurança (2020), as motivações das ações de policiamento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro se mostraram bem diferentes nos dois primeiros meses de isolamento (de março a maio de 2020), comparado ao mesmo período do ano anterior, pois aumentaram as operações por repressão ao tráfico de drogas e/ou armas, operações patrimoniais, perseguição, manifestações culturais nas periferias e outros motivos, enquanto diminuíram as ações devido a cumprimento de mandado, retaliação por morte ou ataque, disputa entre grupos criminais, flagrantes e motivos não informados.

Já com relação à avaliação da prestação dos serviços de segurança pública pela população, segundo pesquisas realizadas pelo Datafolha, os índices da polícia não se mostraram satisfatórios. Conforme pesquisa publicada em 2018, a população brasileira apresentou uma taxa de 51% de medo da polícia, enquanto 47% afirmaram ter confiança na instituição. Além desta, houve também mais uma pesquisa publicada em 2019, que se voltou para uma análise do município do Rio de Janeiro em que a avaliação da segurança pública foi majoritariamente ruim ou péssima de 55% da amostra (DATAFOLHA, 2019).

Além disso, sobre os números do Rio de Janeiro, percebeu-se também que no geral houve uma estabilidade nos números relativos à atividade policial. Isso pode significar, em conjunto com o aumento de mortes por intervenção policial, que a atuação dos órgãos provedores de segurança pública do Estado está se tornando cada vez mais ostensiva, e essa atuação tende a estar alinhada e influenciada pelas falas e posturas do ex-governador Wilson Witzel, dada sua proximidade com as pautas de políticas de segurança. Tendo em vista tais hipóteses, é possível verificar falhas explícitas na garantia da vida humana por parte das políticas de segurança pública, deixando claro um traço necropolítico nesse conjunto de políticas públicas; exemplos desses traços foram as operações militares ocorridas no auge da pandemia em diversas comunidades que puseram essas populações em situações de ainda maior vulnerabilidade.

O Estado existe com seus deveres e obrigações para a garantia da vida e da qualidade desta, em que os agentes públicos devem ser garantidores desses direitos. Entretanto, determinadas atitudes tomadas pelo ex-governador Witzel se opõem ao

fundamento base da teoria hobbesiana do Estado. Apesar de não ter ocorrido no período de análise, uma situação muito noticiada ocorrida foi o “abate” de um sequestrador de um ônibus na Ponte Rio-Niterói que ocorreu em agosto de 2019, uma situação aprovada e altamente celebrada por Witzel, condecorando posteriormente os atiradores de elite. A situação explicitada demonstra a estratégia utilizada pelo ex-governador de um possível caráter necropolítico do Governo do estado, mais preocupado em exterminar uma vida na tentativa de acabar com um problema muito mais complexo e que perpassa a vida do sequestrador e diversas problemáticas socioeconômicas.

A performance realizada por Witzel atravessa a contraposição entre violência e conflitos socioeconômicos, e é ilustrada por Silvio de Almeida (2018):

E quando a ideologia não for suficiente, a violência física fornecerá o remendo para uma sociedade estruturalmente marcada por contradições, conflitos e antagonismos insuperáveis, mas que devem ser metabolizados pelas instituições - o poder judiciário é o maior exemplo dessa institucionalização dos conflitos (ALMEIDA, 2018, p. 96).

4 CARÁTER DAS POLÍTICAS REALIZADAS NO PERÍODO DE PANDEMIA

Tendo em vista a fundamentação teórica apresentada no capítulo Regimes Políticos e a Necropolítica e os dados apresentados no capítulo seguinte, este possui como objetivo testar a hipótese do trabalho para verificar a existência ou não de um regime necropolítico em andamento no estado do Rio de Janeiro durante o período de pandemia comandado pelo ex-governador Wilson Witzel, analisando especificamente os setores de saúde e segurança pública.

Para este fim, é relevante avaliar inicialmente o perfil da população deste território, para que seja possível entender se as políticas realizadas são capazes de suprir eventuais demandas sociais, além do cumprimento ou descumprimento do preceito básico do Estado moderno conforme Hobbes: sua existência é justificável para a manutenção da vida e da ordem, composto por um poder estruturado e baseado em regras.

De acordo com a exposição feita no capítulo anterior — vide Tabela 1, Figura 1 e Figura 2 —, a população do Rio de Janeiro era composta por 17.420.197 habitantes, tendo 53,9% pretos e pardos, sendo estes os que recebem salários inferiores quando comparado à população branca (cerca de 50% inferior), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020a). Essa disparidade salarial torna esse grupo ainda mais vulnerável socioeconomicamente.

4.1 Saúde Pública

A análise das políticas de saúde pública realizadas durante abril e setembro de 2020 — durante o governo Witzel — é fundamental para este trabalho, pois o mesmo busca analisar o que foi feito para combater a pandemia da COVID-19, uma questão de saúde pública e averiguar o caráter dessas políticas.

Comparando os dados de casos e mortes do estado do Rio de Janeiro com os dados em nível nacional, conforme gráficos 3, 4 e 5, notou-se que os casos e as mortes confirmadas no estado ocuparam grande proporção dos casos em nível nacional, especialmente entre abril e maio, meses em que as políticas de isolamento social se mostraram mais presentes. Dentro do período de análise, o Rio de Janeiro chegou a ser o terceiro estado com o maior número de casos acumulados. Houve também o fato de que foram construídos 9 hospitais de campanha por parte do estado

(com parcerias), dada a falta de leitos para pacientes com necessidade de internação na rede já existente, porém os mesmos não atingiram suas metas de atendimento, sendo que alguns sequer abriram as portas para o público.

Ao considerar os fatos acima apresentados, a redução de 3,4% do PIB brasileiro no ano de 2020 aliado ao aumento na taxa de desocupação no país superior a 10% da população (IBGE, 2020b), pressupõe-se que as populações mais severamente afetadas foram aquelas que já apresentavam algum grau de vulnerabilidade social antes do período de pandemia, o que pode ser fundamentado na Figura 1 com os rendimentos médios mensais conforme cor autodeclarada e a Figura 2, com os rendimentos conforme grau de instrução. Isso ocorre pois os usuários dos serviços hospitalares do Sistema Único de Saúde tendem a possuir rendas familiares mais baixas sendo incapazes de acessar a rede privada, e, além disso, o Decreto nº 46.973/2020 que dispôs sobre medidas de enfrentamento à doença e determinou o fechamento de diversas classes de estabelecimentos comerciais e de serviços (RIO DE JANEIRO, 2020d), o que levou a um grande quantitativo de demissões de funcionários, afetando diretamente as classes socioeconômicas citadas, pois as mesmas representam parte expressiva dos colaboradores destes setores dado o baixo grau de instrução (IBGE, 2020c).

Todavia, conforme expresso na Constituição Federal:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Em outros termos, vivemos um regime democrático que possui em sua carta maior a instituição de direitos básicos para a população — saúde incluída no rol — a serem assegurados. Diante do exposto no capítulo anterior deste trabalho, a materialização deste direito se dá a partir do SUS. Entretanto, apesar de as diretrizes do SUS possuírem como pressupostos fundamentais sua capilarização e universalidade para viabilizar o acesso aos seus serviços, por vezes os mesmos não chegam às populações mais necessitadas, tornando-as desamparadas da rede. Essas dificuldades de acesso aos serviços públicos da saúde ficaram ainda mais evidentes no contexto de pandemia da COVID-19 através de uma série de fatos.

O primeiro deles é que o número de leitos disponíveis (de UTI e enfermaria) eram totalmente insuficientes para a demanda do estado. Conforme dados publicados pelo Rio de Janeiro (2021), o estado conta com menos de 4 mil leitos em sua rede pública de saúde, quantitativo muito inferior ao total de casos apresentado anteriormente na Figura 3. Para suprir a demanda, como visto no capítulo anterior, foram construídos hospitais de campanha que aumentariam a capacidade da rede; entretanto, alguns foram desmontados antes de prestar atendimentos para a população pois o ex-secretário comentou que os mesmos deixaram de ser necessários para a população, já que supostamente a rede seria capaz de atender a todos, publicado em Conselho Estadual de Saúde (2020). Consequentemente, diversos casos da doença que evoluíram para casos mais graves acabaram não recebendo todo o cuidado necessário para a manutenção da vida.

Segundamente, um elemento fundamental para o tratamento da doença é a testagem em massa através do método RT-PCR, o que não ocorreu. Nesse caso, foi possível verificar também a falta de acesso à rede pública em sua plenitude, pois não havendo a testagem para confirmar ou descartar o caso da doença, não há como preveni-la. Com relação a essa falta de testagem, é possível verificar casos que foram classificados como Síndrome Gripal ou Síndrome Respiratória Aguda Grave por serem suspeitas de COVID-19. Com isso, é provável que parte da população não tenha recebido o tratamento adequado para sua enfermidade, e, em último caso, isso poderia levar à morte.

O conjunto de fatos e dados apresentados e discutidos acima viabiliza um entendimento destes como um conjunto de ações “violentas” por parte do Estado para um determinado grupo — mais especificamente a população negra. A partir do momento em que essas vidas estão sendo negadas repetidamente, nota-se uma clara distinção de quais devem permanecer e quais não, o que é explicado por Joseph Achille Mbembe como necropolítica.

É possível averiguar que as populações negras periféricas são as mais afetadas com relação a essas “políticas da morte” — políticas de natureza excludente —, pois essa população equivale atualmente a mais da metade dos habitantes do estado do Rio de Janeiro (conforme Tabela 1 de Dados gerais da população), e, segundo a Figura 1, estes costumam pertencer às classes mais vulneráveis economicamente por apresentarem em média metade dos rendimentos da população branca. Dessa maneira, isso se relaciona com a necropolítica pois, para Mbembe

(2018), esse tipo de política está diretamente ligado ao racismo pois as populações negras são nitidamente os alvos destas políticas (ou ausência delas) excludentes. O racismo é sobretudo um meio de exercício do direito soberano de matar, segundo Mbembe (2018), e isto torna possível as funções assassinas do Estado pois o racismo se torna um mecanismo de regulação e distribuição da morte.

Além disso, é possível averiguar também um índice mais alto de letalidade nos casos do Rio de Janeiro a partir das Figuras 6 e 7, que apresentam comparações dos quantitativos de casos e mortes por COVID-19 em comparação com outros estados brasileiros. Segundo Figura 6, é possível verificar que São Paulo apresentou os maiores índices de contaminações e óbitos confirmados, o que é justificável a partir de seu número de habitantes. Entretanto, ao averiguar a taxa de letalidade da doença nos estados brasileiros na Figura 7, nota-se que Rio de Janeiro e Pernambuco apresentaram os números mais alarmantes, o que indica que uma pessoa contaminada pela doença tinha maiores chances de ir a óbito se no Rio ou Pernambuco do que em outros estados. A teoria de necropolítica de Mbembe (2018) pode ser aplicada ao caso, porém de forma matizada, pressupondo que as atitudes tomadas pelos governantes não foram formuladas intencionalmente para conduzir à morte. Entretanto, também não foram feitas necessariamente para a manutenção da vida, deixando um claro sinal de indiferença com os corpos, e no caso, com maior intensidade, os periféricos. Contudo, cabe ressaltar que não há dados disponíveis suficientes nos níveis estadual e federal para a confirmação de quais as populações e corpos foram mais afetados pela doença, o que nos levou a refletir a partir da composição de vários dados, como os apresentados, a indicar quais foram essas populações.

A partir disso, é possível afirmar que as políticas públicas de saúde não foram satisfatórias para as necessidades da população e que as populações mais pobres foram as mais afetadas, dada a falta de amparo em meio ao contexto de grave crise sanitária. Esse caráter não satisfatório pode ser traduzido em uma certa indiferença por parte do Estado na manutenção da vida destas populações periféricas. Não é possível afirmar se as ações tomadas foram de forma intencional e/ou planejada para o não atendimento das populações mais vulneráveis, entretanto, nota-se indiferença e irresponsabilidade por parte dos governantes ao realizar políticas de eficácia duvidosa — como é o caso do incentivo no uso da hidroxiclороquina —, e também ao avaliar de forma errônea a necessidade da população — de exemplo temos a

desconstrução dos hospitais de campanha enquanto o Rio ainda apresentava índices altos de contaminação e mortes pela doença.

A relação feita acima apresenta traços necropolíticos e isso ocorre pois entende-se a necropolítica como uma “forma contemporânea de submissão da vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018, p. 71) e essa relação de submissão é visível a partir da criação da condição de “mortos vivos”, que, nesse caso, são as populações que habitam as periferias — territórios marcados pela ausência de um padrão mínimo de habitabilidade e grandes índices de vulnerabilidade social.

4.2 Segurança Pública

Assim como no caso da saúde, a segurança pública também é assegurada pelo Artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), e esse fato prevê o provimento desse direito por parte do Estado.

De acordo com os dados expostos a respeito do tema no capítulo anterior, é possível notar uma atuação por parte desses órgãos que ocorre de uma posição muito mais ostensiva e que utiliza de estratégia principal o confronto direto. Esse fato é traduzido a partir dos números do capítulo anterior, como exemplo dos que demonstram que no ano de 2020 o quantitativo de mortes por intervenção policial foi alto, conforme dados do Instituto de Segurança Pública (2020), o que consolida o estado como o que possui a polícia mais letal do Brasil.

Além disso, os relatórios dos Observatórios de Segurança (2020) tornam explícitos também outros conjuntos de dados a respeito da atuação das polícias civil e militar, em que as mesmas continuam atuando em mesmos níveis (não houve grande diferença no total de operações e atividades realizadas), mas as motivações se mostraram específicas para casos de repressão ao tráfico de drogas e/ou armas, operações patrimoniais e perseguições.

Como visto, os resultados dessas operações militares no Rio de Janeiro no ano de 2020 demonstram claro caráter violento por parte dos órgãos envolvidos, mas também, uma tentativa de controle e obediência por meio da violência. Para Hannah Arendt (2016), para que uma autoridade consiga exercer suas funções como desejar — mesmo que de caráter duvidoso —, é imprescindível que a população obedeça. Entretanto, para que haja obediência, por vezes recorre-se a todos os meios possíveis e disponíveis, e com isso há a possibilidade de entendimento de que a “autoridade” e

“violência” sejam vistas com a mesma função, por consequência, a violência passa a ser considerada como uma forma de autoridade.

Assim, há a possibilidade de afirmar que o estado do Rio de Janeiro tenta se afirmar enquanto autoridade através do exercício da violência, violentando subjetiva e objetivamente sua população, em especial com relação àqueles oriundos de territórios periféricos, e essa atividade se dá através de todo o conjunto de atuação das instituições de polícia do estado. Segundo Arendt (2016), essa “soberania” por meio do terror ocorre desta forma pois o terror é um elemento fundamental para o domínio daquele grupo social, composto por cidadãos inofensivos que lutam pela sobrevivência em seus territórios de disputa. Essa condição pode ser entendida como uma “forma contemporânea de submissão da vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018) fundamentada no racismo.

O exercício da soberania e autoridade citado pode ser considerado uma forma contemporânea de terror, uma forma de terror legitimada pelos regulamentos estatais e diretamente vinculada ao Estado. Dessa forma, cabe a hipótese de que o Estado se apropriou de sua soberania para realizar suas funções assassinas sob pretexto de atuação contra o tráfico de drogas (entre outros) em que há uma visível violação de proibições — desde direitos fundamentais previstos na Constituição Federal a determinações a partir de tratados e pactos internacionais —, afirmando a ausência de normas em territórios como as “colônias”, conforme Joseph Achille Mbembe (2018).

Então, considerando os dados e fatos abordados, é possível também verificar traços necropolíticos na atuação feita por parte do Estado, e isso fica ainda mais exposto a partir do descumprimento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 (BRASIL, 2020e) por parte das entidades de polícia que realizaram operações policiais deixando diversos mortos em chacinas, apesar da proibição da realização de operações militares nas favelas do Rio de Janeiro durante o período de pandemia da COVID-19.

Com base na atuação das entidades de polícia do estado do Rio de Janeiro, especialmente nos territórios periféricos que apresentam alto grau de vulnerabilidade socioeconômica, percebe-se que tais territórios e suas populações são tratados de formas diferentes refletido por Amira Hass (1996) como

Viver sob a ocupação contemporânea é experimentar uma condição permanente de “viver na dor”: estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar; construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas casas apertadas todas as noites do anoitecer ao amanhecer; soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras; crianças cegadas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias; soldados urinando nas cercas, atirando nos tanques de água dos telhados só por diversão, repetindo slogans ofensivos, batendo nas portas frágeis de lata para assustar as crianças, confiscando papéis ou despejando lixo no meio de um bairro residencial; guardas de fronteira chutando uma banca de legumes ou fechando fronteiras sem motivo algum; ossos quebrados; tiroteios e fatalidades — um certo tipo de loucura. (*apud* MBEMBE, 2018, p. 68)

Assim, nota-se um caráter necropolítico nas ações realizadas segundo as teorias de Mbembe (2018) porque não só os corpos periféricos foram expostos à submissão da vida ao poder da morte, mas como também o território em que aqueles corpos habitam, ao que os dados indicam, não está sujeito às normas legais e institucionais, além de carecerem de elementos básicos para a dignidade da pessoa humana. Ou seja, há um exercício de soberania estatal que desfavorece claramente as populações que ali habitam, soberania essa que define quais são os corpos “descartáveis” e quais não são. Essa atuação acaba por nos mostrar que, para o governo Witzel, determinadas vidas não eram tão importantes quanto outras, tanto que algumas delas “poderiam” morrer e isso não geraria grandes comoções.

As discussões acima abordadas são sintetizadas por Silvio de Almeida (2018) da seguinte forma:

A necropolítica, portanto, instaura-se como a organização necessária do poder em um mundo em que a morte avança implacavelmente sobre a vida. A justificação da morte em nome dos riscos à economia e à segurança torna-se o fundamento ético dessa realidade. (ALMEIDA, 2018, p. 124)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do coronavírus iniciada no Brasil no ano de 2020 trouxe diversos desafios e este trabalho buscou analisar o que foi realizado por parte do governo do estado do Rio de Janeiro durante o período de maio a setembro de 2020 — sob governo de Wilson Witzel — nos setores de saúde e segurança pública e averiguar o caráter dessas políticas, avaliando se as mesmas poderiam ser consideradas de caráter necropolítico ou não.

Entretanto, para realizar a análise proposta, fez-se necessária uma contextualização teórica a respeito dos regimes políticos — democráticos e não democráticos —, além de seus tipos e conceitos chave como biopolítica de Michel Foucault e necropolítica de Joseph Achille Mbembe, tendo o último como conceito norteador deste trabalho.

Além disso, no capítulo seguinte, foram apresentados dados gerais da população (quantitativos populacionais e rendimentos médios mensais conforme critérios estabelecidos) para caracterizar esta população afetada, e os dados e decisões nos setores de saúde — como totais de casos e óbitos confirmados no estado e em nível nacional — e segurança pública — por exemplo, os somatórios de homicídios causados a partir de intervenção policial no período de análise proposto e os policiais civis e militares mortos no mesmo período.

Com base nos elementos teóricos e dados apresentados, este trabalho buscou averiguar o caráter de cada uma das políticas realizadas nos setores supracitados para avaliar se é possível afirmar a existência de um regime de governo necropolítico durante o período de governo de Wilson Witzel.

A partir das análises apresentadas, é possível indicar traços de um regime de governo necropolítico, tanto para as políticas públicas de saúde quanto para as de segurança. Entretanto, por conta da indisponibilidade de dados, não é possível afirmar categoricamente que se tratou de um regime necropolítico, visto que determinadas políticas não apresentaram caráter assassino e intencional explícito, e sim provável indiferença com a vida e os corpos periféricos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 8º ed. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 2016.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varriale et al.; coord. João Ferreira, rev. geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. Vol. 1. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: D.O. Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, da organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, 20 de setembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 07 dez. 2020

BRASIL. **Lei nº 13.979**, de 06 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 fev. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2A5jQ9h>. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.035**, de 11 de agosto de 2020. Altera a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para a aquisição ou contratação de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 8, p. 1-1, 12 ago. 2020b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14035.htm. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Definição de Caso e Notificação**. Ministério da Saúde. Brasília, 2020. Acesso em: <https://coronavirus.saude.gov.br/definicao-de-caso-e-notificacao>. Acesso em: 12 jan. 2021

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS). Brasília, 2020d. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 01 dez. 2020

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.341/DF**. Relator: Min. Marco Aurélio. Brasília, 24 mar. 2020a. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI6341.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635/RJ**. Pleno. Relator: Min. Edson Fachin. Brasília, 17 abr. 2020e. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF635DECISaO5DEJUNHODE20202.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Corte Especial confirma afastamento do governador Wilson Witzel por 180 dias**. Superior Tribunal de Justiça. Brasília, 02 set. 2020c. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/02092020-Corte-Especial-confirma-afastamento-do-governador-Wilson-Witzel-por-180-dias.aspx>. Acesso em: 27 set. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **STJ afasta o governador Witzel do cargo e prende seis investigados por irregularidades na Saúde do Rio**. Superior Tribunal de Justiça, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/28082020-STJ-afasta-o-governador-Witzel-do-cargo-e-prende-seis-investigados-por-irregularidades-na-Saude-do-Rio.aspx>. Acesso em: 27 set. 2020.

CORRÊA, Laura Henrique. Aproximações entre Foucault e Mbembe. **Dignidade Revista, [S.l.]**, v. 4, n. 7, p. 89-101, 2019. Disponível em: <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/dignidaderevista/article/view/870>. Acesso em: 04 out. 2020.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. 2 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

DATAFOLHA. **Segurança**: Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2019/12/17/d89f9805dce81e6e60f63e3fac7c492dseg.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 28 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral - PNADC/T**. In: IBGE. *Sidra*: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2020a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas>. Acesso em: 03 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – COVID. (PNAD COVID)**: Trabalho, Desocupação, Renda, Afastamentos, Trabalho Remoto e outros efeitos da pandemia no trabalho. Rio de Janeiro, 2020c. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 fev. 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto - PIB**. Rio de Janeiro, 2020b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php#:~:text=O%20PIB%20do%20Brasil%20em,%24%201%20891%2C7%20bilh%C3%B5es>. Acesso em: 01 fev. 2021.

MATO GROSSO DO SUL. **Recomendações técnicas sobre a utilização dos testes diagnósticos para SARS-CoV-2 Critérios para retestagem laboratorial diante de resultados divergentes de COVID-19**. Secretaria Estadual de Saúde. Disponível em: <https://www.saude.ms.gov.br/wpcontent/uploads/2020/06/Recomenda%C3%A7%C3%B5es-t%C3%A9cnicas-COE-sobre-a-utiliza%C3%A7%C3%A3o-dos-testes-diagn%C3%B3sticos-para-COVID-19-e-para-retestagem-laboratorial-diante-de-resultados-divergentes-de-COVID-19-4.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2020.

MBEMBE, Joseph Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. 3 ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Joseph Achille. **Necropolítica**. Rio de Janeiro: Arte & Ensaios, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 24 out. 2020.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. A democracia e suas dificuldades contemporâneas. **Revista de Informação Legislativa**: Brasília, a. 35 n. 137, p. 255-264, 1998. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/353/r137-24.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 20 set. 2020.

O'DONNELL, Guillermo. Teoria democrática e política comparada. **Dados [online]**. vol.42, n.4, pp.655-690, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581999000400001>. Acesso em: 02 fev. 2020.

PLATERO, Klarissa; GOMES, Fabian. Números estatísticos e realidades: Uma proposta de reflexão sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-4>. Acesso em: 28 dez. 2020.

PRADO, Marcelo Freitas *et al.* Análise da subnotificação de COVID-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, vol.32, no.2. São Paulo: abr/jun, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-507X2020000200224. Acesso em: 28 dez. 2020.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **Operações policiais no RJ durante a pandemia: frequentes e ainda mais letais**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Operac%C3%A7%C3%B5es-policiais-no-RJ-durante-a-pandemia.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.

RIO DE JANEIRO. Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. **Covid-19: Estado do RJ terá 13 unidades provisórias de saúde com total de 2.840 leitos**. Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.conselhodesaude.rj.gov.br/noticias/968-covid-19-estado-do-rj-tera>

13-unidades-provisorias-de-saude-com-total-de-2-840-leitos.html. Acesso em: 01 fev. 2021.

RIO DE JANEIRO. Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. **Hospitais de campanha do estado devem ser desmobilizados até o dia 12 de agosto, diz secretário.** Conselho Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.conselhodesaude.rj.gov.br/noticias/1013-hospitais-de-campanha-do-estado-devem-ser-desmobilizados-ate-o-dia-12-de-agosto-diz-secretario.htm>. Acesso em: 15 fev. 2021.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 11**, de 15 de março de 1975. Estabelece a competência, aprova a estrutura básica da Secretaria de Estado de Segurança Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/ca382ee09e6ab7f803256a11007e6769/a3ba49c7ca35659103256aa7005cbe80?OpenDocument>. Acesso em: 10 jan. 2021.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 46.544**, de 22 de fevereiro de 2019. Estabelece a estrutura do poder executivo, e dá outras providências. Disponível em: <http://aeerj.net.br/file/2019/Decreto-46544-estrutura%20de%20governo.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 46.581**, de 22 de fevereiro de 2019. Altera o Decreto nº 46.559, de 14 de janeiro de 2019, que altera sem aumento de despesa, a estrutura do poder executivo, e dá outras providências. Disponível em: http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/site_fazenda/Subportais/PortalGestaoPessoas/Legisla%C3%A7%C3%B5es%20SILEP/Legisla%C3%A7%C3%B5es/2019/Decretos/DECRETO%2046581%20de%2022_02_2019%20pub%20em%2025_02_2019_Altera%20estrutura%20Poder%20Exec.pdf?lve. Acesso em: 10 dez. 2020.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 46.973**, de 16 de março de 2020. Reconhece a situação de emergência na saúde pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19); e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2020d. Disponível em: <https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTAyMjl%2C>. Acesso em: 01 fev. 2021.

RIO DE JANEIRO. Instituto de Segurança Pública. **Estatísticas de Segurança Pública.** Rio de Janeiro, 2020c. Disponível em: <https://www.ispdados.rj.gov.br:4432/estatistica.html>. Acesso em: 10 dez. 2020.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Estadual de Saúde. **Dados SUS.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/informacao-sus/dados-sus>. Acesso em: 01 dez. 2020.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Estadual de Saúde. **Nota técnica conjunta 01/2020 – SUPPH/SAFIE/SGAIS/SES-RJ.** Secretaria Estadual de Saúde. Rio de Janeiro, 2020a. Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MzAxMjg%2C>. Acesso em: 05 fev. 2020.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Estadual de Saúde. **Painel Coronavírus COVID-19.** Secretaria Estadual de Saúde. Vigilância em Saúde. Rio de Janeiro, 2020b. Disponível em: <http://painel.saude.rj.gov.br/monitoramento/covid19.html>. Acesso em 01 dez. 2020.

SANTOS, Márcia Pereira Alves *et al.* População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estud. av.**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 225-244, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200225&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 out. 2020.